



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**“FESTA, ALEGRIA E FUTEBOL”: O GOVERNO ERNANI SÁTYRO E A
CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS “O AMIGÃO” E “O ALMEIDÃO” (1975)**

VALBER NUNES DA SILVA MENDES

CAMPINA GRANDE
MAIO, 2016.

“FESTA, ALEGRIA E FUTEBOL”: O GOVERNO ERNANI SÁTYRO E A
CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS “O AMIGÃO” E “O ALMEIDÃO” (1975)

VALBER NUNES DA SILVA MENDES

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
em História, do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: José Luciano de Queiroz Aires

Campina Grande

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCC

M538f Mendes, Valber Nunes da Silva.
 "Festa, alegria e futebol": o governo Ernani Sátiro e a construção dos
 estádios "o Amigão" e o Almeidão" (1975) / Valber Nunes da Silva
 Mendes. – Campina Grande, 2016.
 96 f. : il.

 Monografia(Licenciatura em História) – Universidade Federal de
 Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
 "Orientação: Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires".
 Referências.

 1. Ditadura Civil-Militar. 2. Ernani Sátiro. 3. Futebol. I. Aires,
 José Luciano de Queiroz. II. Título.

CDU 621.64(043)



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

VALBER NUNES DA SILVA MENDES

“FESTA, ALEGRIA E FUTEBOL ”: O GOVERNO ERNANI SÁTYRO E A
CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS “O AMIGÃO” E “O ALMEIDÃO” (1975)

Monografia Avaliada em __/__/__ com o conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luciano Queiroz Aires.

Orientador

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (PPGH/UAHis)

Examinador

Profª Drª Elizabeth Cristina de Andrade Lima (PPGCS/UACS)

Examinadora

DEDICATÓRIA

*À três grandes homens:
meu avô paterno, Valdir Mendes (in memorian)
à quase um avô, José Zacarias (in memorian)
e ao meu avô materno, Antônio Guilherme da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Apesar de a escrita ser um trabalho solitário, que muitas vezes é feita no silêncio das madrugadas, nenhum trabalho é resultado de uma caminhada própria, trilhada individualmente. Nesta trajetória em que pessoas passam por nós e deixam suas marcas, suas influências, deixam rasgões que nos expõem ao crescimento e ao melhoramento. É por isto, e para eles que escrevo estes agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Neste primeiro semestre de 2016, sabia que iria escrever esta monografia. Ao mesmo tempo, sabia também que outras obrigações ligadas aos movimentos que participo iriam chegar. E tudo chegou ao mesmo tempo. Muitas vezes, me vi sufocado com tantos afazeres e responsabilidades. Mas, comecei a perceber, que Deus me colocou nesta situação, para que eu pudesse crescer, e se não fosse os momentos de espiritualidade que tive, não teria forças suficientes para concluir este trabalho.

Agradeço a toda a minha família. Em específico à minha mãe, Sayonara Nunes e ao meu pai, Valdemir Mendes, pela educação, e por todo o incentivo que encontrei (e ainda encontro) em nossas conversas, em nossos momentos de Domingo em que nos reunimos no terraço da casa de vovó e falamos sobre as coisas da vida; sem o amor de vocês, nada seria. Falando em avó, à minha avó materna, eu serei grato por toda a minha vida. Ela que foi a primeira professora da família, que dedicou muitos anos de seu trabalho para poder dar condições dignas aos seus filhos e aos seus netos através do seu magistério.

Agradeço imensamente à minha noiva, Karla Maria. A ela que me acompanhou em todos os momentos desta monografia. No mês de Junho de 2015, quando tive a oportunidade de apresentar, pela primeira vez, a proposta do projeto de pesquisa, uma das pessoas que me assistia na sala 104 do Centro de Humanidades, era ela. Viajou comigo para João Pessoa as três vezes em que precisei ir para pesquisar. Entrou nos arquivos, procurou jornais, fotografou e transcreveu a maior parte dos documentos que tenho hoje. Leu todos os meus trabalhos. Me elogiou e disse onde poderia melhorar. Muitas vezes de madrugada, com sono, manteve a paciência e me dava sugestões onde poderia fazer diferente. Em meio a tantos afazeres e angústias que estiveram presentes neste primeiro semestre, ela quem me acalmou e com sua voz suave, sempre disse que

iria dar tudo certo. Este trabalho, sem sombra de dúvida, também é seu. Em várias partes dele, consigo te encontrar. Muito obrigado, por tudo!

Sou grato pelos amigos que a vida proporcionou que eu os encontrasse. À minha prima Valeska Mendes, ao meu padrinho Luanderson Brilhante, à Ramon Marinho, à Deivid Matheus, à Camille Andrade, à Mariângela Ferreira, à Pedro Morais, à Daiane Quirino, à Bruna Sandrelly e a Everton Sousa. Digo a vocês, sem medo de errar, que encontro em cada um de vocês, o sentido da verdadeira amizade. Pelos momentos que passamos, pelos aprendizados que colhi, pelos abraços que compartilhamos e por tantas outras coisas. Sei que em vocês encontro um abrigo divino, de anjos que Deus coloca em nossas vidas para nos ajudar a crescer e saber viver plenamente.

Agradeço pelas pessoas que tive a oportunidade de estabelecer vínculos de amizade pela universidade, e que ajudaram a trajetória acadêmica ser mais alegre e divertida, mas também me mostraram ser um lugar de ensino para a vida. Em especial à Luciano Queiroz, que na disciplina de História da Paraíba II, sugeriu a produção deste trabalho, que naquele momento, me inquietou, e me fez com que pudesse enxergar a possibilidade de construir uma monografia com sua sugestão. Orientou-me não apenas neste trabalho. Mas, em vários momentos, demonstrou que a universidade não pode ser um espaço burocrático, mas que, sobretudo, deve pulsar um conhecimento que sirva para a vida, humanista, que alcance à sociedade.

Aos grandes e futuros historiadores: Paulo Montini, Emanuel Calixto, Lucas Leite, Ayrton Adilson, KarlMarx, Mateus Ramalho, Lucas Tadeu, Jean Lucas e Adriano Oliveira. Nossos encontros na universidade, nossas conversas durante um café, me ensinaram não apenas sobre teoria da história, sobre literatura, viagens ou outras coisas mais; mas também sobre a vida. E com vocês aprendi. Tive a oportunidade de conhecer e de dar boas risadas sobre galhofas historiográficas.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) e por todos os integrantes que conheci durante os três anos que tive a oportunidade de compartilhar excelentes momentos de aprendizagem. Mas, em especial, à tutora deste Programa, Regina Coelli, uma das pessoas mais humanas que conheci, com um coração tão generoso, aberto a aprender e a ensinar. Com você aprendi lições que levarei para minha vida. Muito obrigado.

Agradeço também aos professores que compuseram à banca examinadora deste trabalho. Tive a oportunidade de cursar disciplinas com ambos no começo do curso: Cultura Brasileira, com “Bebete” e o Tópico Especial de História da África com Mendonça. Naquele semestre de 2012.1, começava uma jornada que ampliou minha perspectiva sobre a vida, sobre a sociedade, sobre as relações humanas. E naquele semestre, o pontapé da caminhada acadêmica foi iniciado com ambos, e está sendo concluída com este trabalho. Por isto, este é mais um reencontro. Que mais uma vez, sirva para a vida. Desde já, muito obrigado.

Você já entrou, alguma vez, num estádio vazio? Experimente. Pare no meio do campo, e escute. Não há nada menos vazio que um estádio vazio. Não há nada menos mudo que as arquibancadas sem ninguém.

Em Wembley ainda soa a gritaria do Mundial de 66, que a Inglaterra ganhou, mas aguçando o ouvido você pode escutar os gemidos que vem de 53, quando os húngaros golearam a seleção inglesa. O Estádio Centenário, de Montevideú, suspira de nostalgia pelas glórias do futebol uruguaio. O Maracanã continua chorando a derrota brasileira no Mundial de 50. Na Bombonera de Buenos Aires, trepidam tambores de há meio século. Das profundezas do estádio Azteca, ressoam os ecos dos cânticos cerimoniais do antigo jogo mexicano de pelota. Fala em catalão o cimento do Camp Nou, em Barcelona, e em euskera conversam as arquibancadas do San Mamés, em Bilbao. Em Milão, o fantasma de Giuseppe Meazza mete gols que fazem vibrar o estádio que leva seu nome. A final do Mundial de 74, ganho pela Alemanha, continua sendo jogada, dia após dia e noite após noite, no estádio Olímpico de Munique. O estádio do rei Fahd, na Arábia Saudita, tem palco de mármore e ouro e tribunas atapetadas, mas não tem memória nem grande coisa que dizer.

(Eduardo Galeano. Futebol ao sol e à sombra, 2013).

RESUMO

Durante a década de 1970, uma das políticas engendradas pelo bloco militar e empresarial que comandava o Brasil naquele momento, investiu na construção de estádios. Os estádios construídos em 1975, na Paraíba, (“O Amigão” e “O Almeidão”) fizeram parte desta política voltada para o futebol como hegemonia política. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir as condições de possibilidade histórica que permitiram a edificação destas praças esportivas. Por isso, política e futebol entram em campo neste trabalho. Assim, os jornais pesquisados (*Jornal da Paraíba*, *O Norte*, *Correio da Paraíba*, *Diário da Borborema* e *A União*) e as traduções taquigráficas da Assembleia Legislativa, dão margem à problematizações ancoradas a partir de uma perspectiva marxista cultural, tendo em vista que questiona as formas com que o poder dominante se utiliza dos elementos culturais para construir uma hegemonia. A fundamentação teórica desse trabalho se baseia em autores como Raymond Williams e Thompson e o conceito de hegemonia e teatro do poder, bem como em Pierre Nora e Michael Pollak no que tange ao conceito de memória. Com isto, é possível perceber como o governador da Paraíba na época, Ernani Sátiro, esteve envolvido diretamente na execução do projeto de construção dos estádios, utilizando da política empreendida naquela década, assim como o futebol, como uma forma de produzir uma legitimidade política, que perpassava não apenas sua imagem, mas também do regime civil-militar em vigor no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar – Ernani Sátiro – Futebol.

ABSTRACT

During the 1970s, one of the policies engendered by the military and business block that ran the Brazil at the time, invested in the construction of stadiums. The stadiums built in 1975, in Paraíba ("The Buddy" and "The Almeidão) were part of this policy focused on football as political hegemony. In this sense, the objective of this paper is to discuss the possibility of historical conditions that allowed the construction of these sports venues. Therefore, politics and football take the field in this work. Thus, the surveyed newspapers (Jornal da Paraíba, O Norte, Correio da Paraíba, Diário da Borborema and A União) and the shorthand translations of the Legislative Assembly, give rise to problematizations anchored from a cultural Marxist perspective, given that questions the ways in which the dominant power using cultural elements to build a hegemony. The theoretical basis of this work is based on authors like Raymond Williams and Thompson and the concept of hegemony and theater of power, as well as Pierre Nora and Michael Pollak in relation to the concept of memory. With this, you can see how the governor of Paraíba at the time, Ernani Sátiro, was directly involved in the implementation of the project of construction of stadiums, using the undertaken policy that decade, as well as football, as a way to produce a political legitimacy, that pervaded not only his image but also the civil-military regime in force in Brazil.

Keywords: Civil-Military Dictatorship - Ernani Sátiro - Soccer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

Imagem 1: Médici ergue a Taça Jules Rimet	P. 27
Imagem 2: Banda do Colégio Estadual de Areia na inauguração do “Amigão”	P. 70
Imagem 3: Ernani Sátiro hasteia a bandeira na inauguração do “Amigão”	P. 70
Imagem 4: Ernani Sátiro na festa de inauguração do “Amigão”	P. 73
Imagem 5 Ernani Sátiro dá o pontapé inicial de inauguração do “Almeidão”	P. 73
Imagem 6: Ernani Sátiro descerra a placa de inauguração do estádio “O Amigão” ..	P. 74
Imagem 7: Populares se jogam no fosso do Estádio “O Almeidão”	P. 78
Imagem 8: Torcedores prestam socorro às vítimas acidentadas	P. 79
Imagem 9: Goleiro Wendell (Botafogo – RJ) retira uma criança do fosso	P. 79
Imagem 10: Populares ajudam no resgate de feridos	P. 80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Número de clubes no Campeonato Nacional P. 30

Gráfico 2 Número de estados no Campeonato Nacional P. 31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Lista com ano/data e nome dos estádios construídos na Ditadura..... P. 27

Tabela 2 Lista com o ano, cargo e votos obtidos por Ernani Sátyro P. 45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

ARENA – Aliança Revolucionária Nacional

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CONE – Companhia Nacional de Engenharia

ENARQ – Engenharia e Arquitetura LTDA.

SEEBLA – Serviços de Engenharia Emílio Baugmart Sociedade Anônima

SUDEPAR – Superintendência dos Estádios da Paraíba

STM – Supremo Tribunal Militar

UDN – União Democrática Nacional.

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	P. 14
2. DAS QUATRO LINHAS PARA AS PÁGINAS DA HISTÓRIA: FUTEBOL E POLÍTICA NA DITADURA CIVILMILITAR	P. 22
2.1 O apito inicial para o Campeonato Nacional de Clubes	P. 29
2.2 “Não temos muitos recursos, mas temos que festejar”: o Torneio da Independência em jogo	P. 36
3. “NÃO É POSSÍVEL SALVAR UMA CONSTITUÇÃO A NÃO SER FAZENDO-LHE CERTOS ARRANHÕES”: ARTICULAÇÕES DE CLASSE DE ERNANI SÁTYRO (DO CONGRESSO NACIONAL AO GOVERNO DO ESTADO)	P. 40
3.1 “O mais dedicado operário da Paraíba” As ações de classe durante a gestão de Ernani Sátiro	P. 58
4. “O ÚLTIMO PASSO PARA ENTRARMOS NA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS (“O AMIGÃO” E “O ALMEIDÃO”) COMO FORMAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA E TEATRO DO PODER.....	P. 65
4.1 “A quase tragédia” (?) As batalhas de memória e os silenciamentos nas inaugurações de “ O Amigão” e “O Almeidão”	P. 75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	P. 89
REFERÊNCIAS	P. 90

INTRODUÇÃO

Os caminhos que levaram a realização deste trabalho percorreram vários componentes. Desde a sugestão, proposta na disciplina do curso de História, de Paraíba II, houve uma rápida inquietação relacionada ao tema da construção dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão”. Ter ido ao “Amigão” muitas vezes em minha infância, me fez lembrar daquelas tardes em que pude acompanhar o clube que torço, o Treze Futebol Clube, por exemplo, na conquista do Campeonato Paraibano de 2006. Ao mesmo tempo lembrava aquela estrutura enorme de concreto, que já chamava atenção, há muitos metros de distância. Como afirmou Eduardo Galeano, um estádio de futebol também é um espaço que comporta em si, várias memórias. Várias são as vozes que emanam de um estádio. Lembrei-me daquela tarde de 28 de Maio de 2006, quando o Treze venceu o Botafogo por 2x1, e sagrava-se ali, Bicampeão paraibano. Dentre as vozes que cantavam a comemoração daquele título, uma delas, era a minha.

No entanto, a escolha deste tema de pesquisa, não veio apenas das memórias de uma tarde de domingo, de quase dez anos atrás. Na academia, aprendi que o historiador parte do presente, dos problemas atuais, para tentar ir desdobrando-se nas tessituras do tempo, para ir identificando, problematizando, margeando os rastros possíveis, para chegar, se possível, aos fatos e acontecimentos do passado, que geraram este ímpeto inicial que move a pesquisa. E assim o foi: no ano de 2015, quando decidi trilhar nesta problemática e desenvolvê-la ao longo da pesquisa, comemoravam-se os quarenta anos de inauguração dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão”. As discussões levantadas naquele momento¹, também serviram de motivação para adentrar ainda mais no cerne da pesquisa: o nome dos estádios que faziam menção ao governador, a posterior alteração do nome do estádio de João Pessoa, a tragédia do dia da inauguração na capital em que pessoas caíram no fosso que separa a arquibancada e o gramado, enfim, situações iniciais que iam fazendo com que a pesquisa histórica fosse ganhando novas abordagens e suscitando mais dúvidas e perguntas.

Ao mesmo tempo, no ano de 2015, as discussões que se debruçaram sobre o golpe de 1964, tinham ganhado enorme fôlego, uma vez que, no ano anterior (2014)

¹ Duas reportagens foram essenciais na elaboração do projeto que encaminhou a pesquisa: < <http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2015/03/40-anos-de-amigao-e-almeidao-veja-curiosidades-que-cercaram-obras.html> > Acesso em 01 maio 2016.

A segunda reportagem: < <http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2015/03/almeidao-em-cinco-atos-os-40-anos-do-maior-estadio-de-joao-pessoa.html> > Acesso em 01 maio 2016.

estava em constante problematização os vários aspectos relacionados a este momento da história brasileira, que completava cinquenta anos. Um exemplo a ser levantado, foi a realização do XVI Encontro Estadual de História, organizado pela Associação dos Professores Universitários de História (ANPUH-PB), na Universidade Estadual da Paraíba, no campus de Campina Grande, que teve como título “Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964”.

Nesse sentido, diversas produções foram se avolumando como resultado das discussões que iam ocupando um espaço de referência nas universidades, e foram proporcionando subsídios para que o projeto de pesquisa fosse tomando forma, inclusive por se tratar de um tema relacionado ao período do regime militar, tendo em vista que os estádios foram inaugurados em 1975. Este contexto foi a base inicial que motivou a realização da produção deste trabalho.

Por isso, a intenção que o recobre é discutir as condições que permitiram a construção dos estádios, dentro da conjuntura política promovida pelos militares relacionadas ao futebol durante a primeira metade da década de 1970. Ao passo que, foi preciso problematizar as atuações e articulações de classe do governador na época, Ernani Sátiro, para que a realização de edificação das praças esportivas fossem inauguradas ainda em seu governo. E por fim, analisar o acontecimento, isto é, o dia das inaugurações, percebendo as associações entre futebol e política.

É preciso destacar, portanto, que este trabalho, apesar de conter uma motivação pessoal e acadêmica, também está cercado por uma preocupação social, tendo em vista que coloca em discussão, os aspectos relacionados a um período de exceção política, que volta e meia, apresenta linhas de continuidade com o presente, e dão margem para que o historiador deva se posicionar. Considerar o imperativo, isto é, o dever que o historiador tem que assumir em suas produções compromissadas com temas de relevância para a sociedade.

Deste modo, ao estar falando da inauguração dos estádios, que ao mesmo tempo, garantia a possibilidade dos clubes paraibanos adentrarem no campeonato nacional; do investimento que os militares começaram a desenvolver no futebol a partir da conquista do Tricampeonato mundial em 1970; que no ano seguinte, era instituído o Campeonato Nacional de clubes; e em 1972, realizava a Supercopa de seleções, em decorrência das comemorações pelo Sesquicentenário da Independência. É preciso não perder de vista, as intencionalidades político-ideológico que se desdobravam a partir dessas ações. Sobretudo, ações que estavam ligadas ao favorecimento da burguesia e dos militares

que construíam a partir da tradição do futebol, formas de impor uma hegemonia de classe.

Tomará relevo, as outras contradições que incidem destas ações, como por exemplo, a quantidade de gastos que foram feitos para a realização destes eventos; a presença dos militares na delegação brasileira na Copa de 1970; os usos políticos que Médici construiu na associação entre a conquista do Tricampeonato com o momento econômico de crescimento vinculando-os como assertivas do regime militar; as preparações da Supercopa de 1972, que visava reunir todas as seleções que haviam sido campeãs mundiais, promovendo assim um evento que superava (em quantidade de clubes) a própria Copa do Mundo; a política de construção de estádios com a interface voltada para o favorecimento das empreiteiras e o governo de Ernani Sátiro alçado ao poder pela via indireta da indicação de Médici, em um momento de vigência do Ato Institucional nº 5.

Enfim, se delineará nas próximas páginas um trabalho que tem como enfoque a análise das inaugurações dos estádios paraibanos em 1975 – Governador Ernani Sátiro (“O Amigão”) e José Américo de Almeida Filho (“O Almeidão”) – percebendo o futebol como espaço de encenação política do projeto coordenado pelo governador à época, Ernani Sátiro. Para visualizar as cenas políticas e as associações de classe burguesa que se desenrolaram durante este período, buco analisar e problematizar a partir dos periódicos que circulavam na época, a saber, *Jornal da Paraíba*, *Diário da Borborema*, *O Norte*, *A União* e *Correio da Paraíba*², as formas como estes acontecimentos inaugurais, foram sendo retratados; assim como utilizo parte do acervo presente no Memorial da Assembleia Legislativa, das Traduções Taquigráficas, localizadas na semana que antecedeu às inaugurações, para perceber os embates que ocorreram entre a bancada oposicionista do MDB, que não aceitava a inauguração dos estádios, tendo em vista não estarem prontos e concluídos; com a bancada situacionista do governo arenista, que a partir dos laudos técnicos emitidos pelas empresas responsáveis pelas construções, afirmavam a garantia a realização do evento.

A utilização destas fontes para a composição deste trabalho me levou a uma escolha teórica que agrupa um conjunto de conceitos que tem como ponto de partida, a observação da política, a produção da memória, as batalhas em torno desta e a construção de uma hegemonia, a partir de um viés de classe, baseada nas interpretações propostas nas análises marxistas

² Os jornais que foram pesquisados para a elaboração deste trabalho, foram provenientes de instituições de pesquisa, destinados à preservação documental e arquivística: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Fundação Casa José Américo e Biblioteca Átila Almeida e Memorial da Assembleia Legislativa.

culturais. Isto é, estas discussões permitem visualizar que o poder político, que expressa o projeto de uma classe dominante, se vale de elementos que fazem parte da cultura para construir espaços de legitimidade, através de produções no campo da memória que “fazem lembrar” às realizações no campo esportivo e cultural do futebol, e assim, poder estabelecer uma hegemonia de classe.

Antes de adentrar com mais ênfase nestas proposições teóricas, é preciso fazer um acerto de contas que valerá por toda a extensão deste trabalho. Está relacionado à denominação que utilizo para o período em análise. Atualmente, existe um debate historiográfico relacionado à ditadura no Brasil. Sobre esta temática, Demian Bezerra de Melo, em um artigo denominado, *O golpe de 64 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*, faz um balanço de produções mais recentes, de autores como Jorge Ferreira, Argelina de Figueiredo, Elio Gaspari, Daniel Aarão Reis, Marco Antonio Villa e Jacob Gorender. A argumentação central está baseada em três aspectos relacionados a 1964: “(...) 1) ‘esquerda e direita foram igualmente responsáveis’; 2) na verdade, ‘havia dois golpes em curso’ nos idos de 1964; 3) a resistência a ditadura não passou de um mito (MELO, 2014, p.158). Estes três eixos argumentativos, presentes em trabalhos mais recentes, são colocados à uma séria e profunda crítica, tendo em vista que, segundo o autor, “revelaram um notório empobrecimento conceitual e a marca do conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos” (MELO, 2014, p. 158).

E o entrave também está na acepção do termo Ditadura civil-militar. Ao longo da década de 1980, em que os cientistas políticos baseados em concepções estruturalistas que faziam análises relacionadas ao período instituído em 1964, trabalhavam, sobretudo, com a ideia de ditadura militar. Posteriormente, e principalmente após as interpretações propostas por René Armand Dreifuss, em seu livro, *1964: a conquista do Estado*, colocaram em discussão outra forma de pensar a articulação de poder entre as classes dominantes que geriram o golpe de 1964, passando a ser chamado de ditadura civil-empresarial-militar, pois

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses de tecno-empresários. (DREIFUSS, 1981)

Neste sentido, ao utilizar a expressão Ditadura civil-militar, o faço tendo como prerrogativa esta justificativa que situa o termo civil à uma classe dominante, composta por diversos setores da sociedade como os tecno-empresários, apoiado pela Igreja

Católica, o capital multinacional e associado, frações de classe média e o IPES e o IBAD, que estiveram presentes e foram personagens principais na formação e instituição do golpe de 1964. Nesse sentido, dialogo com a proposta formulada por Demian que, baseado no trabalho de Dreifuss, expõe que “o termo ‘civil’ se liga à participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial”; em contrariedade, à noção de que esta parcela estaria “calcada na ideia de [...] uma cumplicidade da ‘sociedade brasileira’ com a ditadura, como se fosse possível a existência de tal ‘sociedade’ como algo coisificado e homogêneo” (MELO, 2014, p. 167-168)

Posto este acerto de contas que justifica a utilização neste trabalho da proposição Ditadura Civil-Militar, é possível ir tecendo outras abordagens conceituais que formulam a composição deste trabalho. Como dito anteriormente, este trabalho traz um enfoque de como o poder político exercido pelas classes dominantes, se valem de elementos culturais como forma de construir espaços de legitimidade e de hegemonia. Sobre este aspecto relacionado à hegemonia, dialogo com Raymond Williams e suas reflexões presentes em *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista* no qual destaca que esse processo hegemônico faz parte do

O sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos. É por isso que a hegemonia não pode ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação. Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e de seu mundo. Falo do conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. (WILLIAMS, 2011, p.53)

Diversas passagens são importantes para este trabalho, tendo em vista que, este processo se dá por via de “significados e valores” que são “organizados e vividos”. Consiste em “práticas e expectativas” que dão “um sentido de realidade”, pois, “abrange muitas áreas de suas vidas”. Por isto que neste momento, é preciso retomar a assertiva de Raymond Williams, quando expõe que “não poder ser entendida no plano da mera opinião ou manipulação”. A noção que percorre este trabalho, é que as pessoas presentes nos estádios, não estavam diante de uma mera manipulação; mas que o enfoque é outro: está direcionado ao poder. E como este está vinculado às práticas,

valores e significados, isto é, o futebol, o estádio, os clubes, a encenação e a teatralização do poder, composto por estes elementos, como uma forma de legitimar e produzir uma hegemonia criada pelas classes dominantes através do consentimento. Como afirma Raymond Williams (2011, p. 52) “a hegemonia possui a vantagem de enfatizar, ao mesmo tempo, a realidade da dominação”. Sendo assim, a cultura, o espetáculo, a festa, as representações e o imaginário devem ser pensado na totalidade das condições da vida material da sociedade e como instrumentos de dominação de classe. Muito embora, a ideologia não seja estática, mas sujeita a modificações temporais.

Ainda sobre essa questão relacionada a hegemonia cultural, Edward Palmer Thompson, em *Costumes em comum*, também propõe uma ressalva, na medida em que

Definir o controle em termos de hegemonia cultural não é desistir das tentativas de análise, mas se preparar a análise nos pontos em que deveria ser feita: nas imagens de poder e autoridade, nas mentalidades populares da subordinação. (THOMPSON, 1998, p. 46)

Neste sentido, problematizar as imagens de poder e de autoridade correspondentes ao governo de Ernani Sátyro, a partir das inaugurações dos estádios de futebol, é colocar em discussão as formas como o governo propôs e projetou um acontecimento transformando-o em festa, em espetáculo do poder. Ainda assim, quando utilizo Thompson para problematizar as ações políticas, é possível perceber as diversas formas com as quais se arquitetam o *teatro do poder*, e no caso específico da pesquisa, os vários aspectos que cercam a construção dos estádios: a arquitetura e o nome das praças esportivas, a festa e os rituais de inauguração. Todos esses elementos fazem parte de um

Estilo hegemônico estudado e elaborado, um papel teatral que os poderosos aprendiam na infância e desempenhavam até a morte. E se falamos desse desempenho como teatro, não é para diminuir sua importância. Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral. (THOMPSON, 1998, p. 48)

Neste sentido, as ações políticas são pensadas e problematizadas a partir dessa perspectiva de teatralização do poder. Neste caso, os estádios de futebol fazem parte do palco de encenação do poder que Ernani Sátyro produzia em seus gestos e discursos. Como coloca Thompson: “[...] esse lubrificante social dos gestos, podia com bastante facilidade, fazer os mecanismos de poder e exploração girarem mais suavemente [...]” Por isso, parto da noção de que a vida política pode ser compreendida pelo exercício de uma série de autoridades simbólicas (THOMPSON, 1998, p. 49 - 70)”. Mesmo Thompson tendo elaborado esse aparato conceitual para analisar a sociedade Inglesa do século XVIII, penso que seja relevante para pensar o objeto de estudo dessa monografia, sabendo que temos que pensar a especificidade do momento paraibano que é distante da Inglaterra no tempo e no espaço.

Isso possibilita problematizar outro aspecto, que é o da produção de *lugares de memória*, uma vez que a inauguração dos estádios edifica um acontecimento social, já que, como coloca Pierre Nora

O que são lugares de memória? “São lugares com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente em graus diversos... Os três aspectos coexistem sempre” (NORA, 1993, p. 21).

Isto faz considerar que se há a formação de um lugar, de um espaço de memória, há a intenção de produzir lembranças que esvaziem o esquecimento daqueles que o edificaram. Há uma vontade e uma pulsão para “fazer lembrar” algo. Ao mesmo tempo em que, se está revestido de uma ‘aura simbólica’ associada ao poder exercido em um período de exceção comandado pelas elites, seja econômica, seja militar, este lugar de memória está diretamente condicionado a representar este poder.

E quando analiso os acontecimentos que fazem parte das inaugurações dos estádios em Campina Grande e em João Pessoa (1975), podemos perceber que há uma situação de *batalhas de memória*. Sobre esses aspectos, é interessante pensar a reflexão de Michael Pollack, pois

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLACK, p. 3, 1989)

Por isso, no “enquadramento da memória”, é preciso discutir como o governo Ernani Sátyro produziu, a partir dos estádios e dos jornais analisados uma memória oficial, e no caso do acontecimento em João Pessoa, problematizar a formação das memórias subterrâneas que foram silenciadas das vítimas que caíram no fosso durante a inauguração.

Mais ou menos delineado os caminhos teóricos e metodológicos que fundamentam o presente trabalho, faz parte deste momento de introdução, traçar um balanço dos historiadores que também já propuseram discussões entre futebol e política durante a ditadura civil-militar. Antes disso, é preciso destacar que os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre o futebol, começaram a ser desenvolvidos na academia, durante a década de 1980, principalmente por antropólogos e sociólogos, como Roberto Da Matta (*Universo do Futebol*, 1982); José Sebastião Winter (*Breve História do futebol brasileiro*, 1986) e um dos primeiros historiadores a traçar essa interface entre com a política foi Joel Rufino dos Santos, com um trabalho intitulado *História política do futebol brasileiro*, publicado em 1981, onde aponta o desenvolvimento desse esporte no Brasil, e como esta manifestação social foi sendo utilizada pelos governos e presidentes, para criar uma proximidade com os populares que o praticavam e o assistiam.

No entanto, um dos historiadores que entrecruzou essa problematização entre política e futebol, com o enfoque no período da Ditadura Civil-Militar, foi Carlos Fico, pontuando que as raras exposições que iam *Reinventando o otimismo* (1997), promovida pelos generais presidentes, estiveram ligadas às conquistas esportivas, sobretudo, a conquista do Tricampeonato Mundial de seleções de 1970.

Mas, é a partir de três produções mais recentes que formam o tripé da composição do primeiro capítulo: *Com a taça nas mãos: Copa do Mundo e ditadura no Brasil e Argentina*, elaborada por Lívia Gonçalves Magalhães em seu doutorado defendido em 2013; *Futebol e política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol*, escrita por Daniel de Araújo Santos para o mestrado defendido em 2012; e *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento*, também resultado de uma tese de doutoramento defendida por Janaína Martins Cordeiro, apresentada em 2012.

Por fim, foi preciso se preparar, se aquecer e treinar para poder entrar nesse campo historiográfico. É hora do jogo, que será composto por uma narrativa composta em três momentos: discutir como os eventos futebolísticos foram aproveitados pela

Ditadura Civil-Militar; em seguida, tecer uma marcação sob os aspectos da vida do governador Ernani Sátiro no curso de sua trajetória política alinhada junto aos militares; e por fim, as inaugurações dos estádios, em que a encenação política fez dos gramados, um palco para teatralização do poder.

Por isto, no primeiro capítulo, serão elencados para discussão três momentos históricos, que dão margem à interpretação de como os militares aproveitaram as conquistas e produziram momentos no campo futebolístico: o Tricampeonato mundial de seleções, conquistado em 1970, a criação do campeonato nacional de clubes em 1971 e a Supercopa de seleções para as comemorações do Sesquicentenário da Independência. Três momentos seguidos, mas que convergem para um aspecto: a preocupação e o investimento dos militares com o futebol nacional visto aqui como uma forma de produzir um processo hegemônico. Será a preparação para adentrar na atuação política de Ernani Sátiro.

No segundo capítulo, o enfoque será perceber como Ernani Sátiro, em seu mandato no Legislativo Federal, iniciado em 1962, atuou em consonância com o bloco empresarial e militar que conspirava contra Jango. Para este momento, será trazido à campo, a documentação organizada por Flávio Sátiro Fernandes, que reúne discursos, fotos e a biografia política de Ernani Sátiro, que denomina-se *Perfis Parlamentares*. Em síntese, consiste em construir uma memória elogiosa a atuação de parlamentares do Congresso Nacional. Por isso, será preciso tecer alguns acertos de conta com este tipo de memória, colocando em um lugar de discussão, o exercício político vinculado às classes dominantes, que passaram por cima da legalidade e romperam com a democracia, estabelecendo um regime de exceção. Preparação que vai do projeto de preparação dos estádios à inauguração.

No terceiro capítulo, com todo este cenário delineado, será preciso dar espaço a teatralização do poder, que Ernani Sátiro, encenou. Teatralização que consumava um mandato e compunha uma hegemonia de classe. Na Assembleia Legislativa, as batalhas de memória. Na arquibancada em João Pessoa, um estouro, pessoas caíram no fosso. A memória oficial constituída no governo de Ernani Sátiro, ancorada nos jornais da época, silenciaram as vítimas e produzem um tom elogioso ao governador. É preciso amarrar as chuteiras e entrar em campo.

2. DAS QUATRO LINHAS PARA AS PÁGINAS DA HISTÓRIA: FUTEBOL E POLÍTICA NA DITADURA CIVIL-MILITAR.

Pensar sobre como a historiografia brasileira tem discutido a relação entre política e futebol durante a Ditadura civil-militar é perceber que esta abordagem tem ganhado com as contribuições de pesquisas recentes. Ao longo deste capítulo, terá enfoque os objetos que têm sido espaço de discussão pelos historiadores, bem como os mesmos analisaram sobre a edificação das praças esportivas durante o regime. Por isso, serão problematizados os trabalhos realizados por Daniel de Araújo dos Santos³, por Lívia Gonçalves Magalhães⁴, assim como outros trabalhos que apesar de não estarem tratando propriamente da interface política e futebol, perpassaram por esta temática, como é o caso do trabalho de Carlos Fico⁵ ao analisar a propaganda elaborada pelos militares para causar uma aproximação com a sociedade; e por fim, o trabalho da Janaína Martins Cordeiro⁶.

Estes trabalhos discutem a partir de diversas perspectivas, os usos políticos que os generais presidentes realizaram durante os diversos momentos do futebol brasileiro: A conquista do Tricampeonato Mundial na copa de 1970, a criação do Campeonato Nacional de clubes (o atual “Brasileirão”), em 1971, e o Mundialito (Taça da Independência) de seleções em decorrência das comemorações pelo Sesquicentenário da Independência em 1972. Ou seja, no enredo destes acontecimentos, havia uma tentativa de se construir uma propaganda política, que ao mesmo tempo, buscava produzir uma consensual hegemonia do governo militar, a partir da atuação de um projeto de classe dominante, que se manifestava e se expunha através da teatralização do poder.

Indo pela ordem dos acontecimentos, a conquista da Copa do Mundo em 1970 foi um dos momentos marcantes não apenas para o futebol brasileiro, mas da própria época em que acontece o episódio. Em 1970, com a realização da Copa acontecendo no México, uma das principais preocupações do governo civil-militar no período anterior à

³ Este trabalho faz parte da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado intitulada: “Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de futebol”, defendida em 2012, na Fundação Getúlio Vargas.

⁴ A tese de doutorado transformada em livro, possui o seguinte título: “Com a taça nas mãos: Sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e Argentina”, defendida em 2013, pela Universidade Federal Fluminense.

⁵ “Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil” foi lançado também como resultado de uma pesquisa realizada no doutorado

⁶ “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento” é o título da tese proposta por Janaína Cordeiro, em 2012, pela Universidade Federal Fluminense.

realização do campeonato de seleções, foi estabelecer formas com que a população pudesse ter acesso aos jogos. Por isso

Com os investimentos na infraestrutura televisiva, o governo civil-militar associou a possibilidade de acompanhar ao vivo a seleção de futebol com o progresso fruto do início do milagre. Em termos econômicos, isso representou um aumento significativo na venda de televisores, e em termos políticos, uma oportunidade a mais de propaganda. No contexto internacional, a Copa de 70 marcou o início do futebol como espetáculo midiático. A FIFA utilizou a transformação que ocorria com as novas tecnologias, e os contratos televisivos passaram a ser uma das principais fontes de lucro da entidade até os dias atuais (MAGALHÃES, 2013, p. 101-102)

Nesse sentido, em 1970, uma série de elementos favorecia a formação de uma propaganda pró-governo militar: o “Milagre Econômico” projetava-se como principal argumento para criar um espírito de otimismo atrelado às conquistas realizadas a cada jogo realizado. É importante destacar que há um esforço dos militares para desenvolver o aparato técnico da época para que as pessoas pudessem acompanhar os jogos ao vivo, demarcando um momento de midiatização da Copa do Mundo, que poderia ser acessada pela classe média brasileira.

Nos anos 1960, as emissoras de televisão procuraram popularizar suas grades de programação, possibilitadas pelo crescimento significativo da venda de aparelhos no país. Entre 1967 e 1979, aumenta em 24,1% a venda de aparelhos em preto-e-branco. Neste momento, a classe média e a elite elegem a TV como principal meio de entretenimento, informação e comunicação e, aproveitando-se disso, é criada a TV Globo, que em pouco tempo tornou-se a principal emissora do país. Também os militares percebem a força deste meio de comunicação, utilizando-se do mesmo como um difusor da ideologia do regime (SANTOS, 2012, p.61)

Embora que, ainda em 1970, não fosse um costume disseminado assistir jogos pela televisão, na medida em que, como os argumentos são apresentados, tratava-se de um hábito de entretenimento mais ligado à classe média e a elite, isso não inviabilizava que o governo militar explorasse esse aspecto da produção de imagens que buscassem causar uma aproximação com a sociedade. (Ainda assim, é preciso levar em conta que o rádio também desempenhava esse aspecto de diálogo e encenação de poder através da retórica e das palavras que ecoavam nas ondas do rádio). Por isto que a propaganda dos militares perpassava diretamente pelos meios de comunicação, que traziam uma

apologia das obras que eram executadas, mas que ao mesmo tempo, construíam personificações de situações populares como, por exemplo, Médici que “costumava ser fotografado escutando rádio de pilha no Maracanã ou cabeceando uma bola de futebol” (SANTOS, 2012, p. 62).

Durante a campanha da seleção brasileira na Copa de 70, há uma significativa preocupação dos militares no desempenho do *escrete canarinho*. Um exemplo disso é comentado pelo ex-jogador que participou da campanha, Rivelino, anos depois, quando revelou que

O presidente cobrava muito da gente (...) depois de todo o jogo em Guadalajara ele ligava para a concentração e o Jerônimo Bastos⁷ falava que ele queria falar comigo (...) falei com ele até a semi-final (...) havia uma necessidade da vitória devido ao problema da Ditadura então eu dizia para ele que iríamos ganhar (SANTOS, 2012 p. 68).

Ao longo da preparação anterior à Copa do Mundo, também percebe-se uma série de esforços comandados pelos militares para garantir um bom desempenho da seleção, como por exemplo, a presença de militares na delegação: o Brigadeiro Jerônimo Bastos e o Major Ipiranga Guaranis, que prestariam apoio ao técnico Mario Zagallo, na parte da preparação física, pois faziam parte da Escola de Educação Física do Exército.

Antes da realização dos jogos, eram veiculados “*tapes*” elaborados pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que, apesar de não mostrarem uma discussão de assuntos políticos, tinham a intenção de construir uma perspectiva otimista sobre o momento que o país estava passando, dando enfoque para questões de “natureza educativa ou de caráter ético-moral”⁸. Deste modo, aproveitava-se o investimento feito na área de telecomunicações, relacionados à Copa, para ir projetando em cena, valores e

⁷ O brigadeiro Jerônimo Bastos, além de outros militares (como o major Ipiranga Guaranis), esteve durante a preparação dos atletas para a Copa do Mundo. Sua presença demarca um momento de militarização da seleção brasileira, que terá seu auge em 1975, quando o Almirante Heleno Nunes assume o CBD. No entanto, é importante chamar atenção que o Brigadeiro Jerônimo Bastos, que anos depois assume o Conselho Nacional de Desportos, recebeu uma visita do prefeito de Campina Grande em 1974, Evaldo Cruz, para viabilizar o projeto de construção do estádio “Amigão” – “25 de Outubro: No Rio, o prefeito Evaldo Cruz, mantém contatos com o brigadeiro Jerônimo Bastos, presidente do Conselho Nacional de Desportos, por solicitação do Governador Ernani Sátiro”. Diário da Borborema, 8 mar. 1975.

⁸ A esse respeito, é possível consultar em: FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. No livro organizado por Jorge Ferreira e Lúcia de Almeida Neves Delgado, intitulado: Brasil republicano - o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.

ideias que tentavam criar articulações contrárias ao comunismo e desenvolver um clima de bem estar na sociedade.

Com a vitória nas doze partidas disputadas (seis das eliminatórias e seis durante a Copa), realizando a melhor campanha das Copas até aquela edição, o Brasil conquistava o Tricampeonato Mundial⁹, recebendo a Taça Jules Rimet, que seria entregue à primeira seleção que conseguisse vencer três edições. Após a vitória na Cidade do México, a delegação retornou ao Brasil com muita festa, inclusive, é claro, do Presidente Médici que abriu as portas do Palácio da Alvorada, permitindo que o povo participasse da festa de comemoração, como bem descreve Livia Magalhães:

Como de costume nas conquistas anteriores, houve uma grande recepção no retorno dos tri campeões, que foram direto para Brasília para a recepção no Palácio da Alvorada. Os heróis desembarcaram em Brasília no dia 23 de Junho às 13 horas, para o encontro com o presidente, um almoço que incluía também a família do mandatário. Todo trajeto foi percorrido em carro aberto a capital saudando a população. Mais de 70 mil torcedores eufóricos recebiam os campeões em uma grande festa nas ruas de Brasília. (MAGALHÃES, P. 141, 2013)

Imagem 1: Médici ergue a Taça Jules Rimet



Fonte: < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/copaditadura.html> > Acesso em 16 fev. 2016.

⁹ Os resultados dos seis jogos da Copa do Mundo foram: Brasil 4 x 1 Tchecoslováquia / Brasil 1 x 0 Inglaterra / Brasil 3 x 2 Romênia / Brasil 4 x 2 Peru / Brasil 3 x 1 Uruguai / Brasil 4 x 1 Itália.

Assim, o General Médici recebeu a delegação brasileira, assim como Juscelino Kubitschek tinha feito em 1958, (1º conquista do mundial) e Jango em 1962 (Bicampeonato mundial) Apesar das diferenças, tanto pelos momentos e pelas conjunturas diferentes, é como se fosse possível assinalar uma contradição, tendo em vista que os generais presidentes, formados na caserna, produzindo certa imagem mais soturna, e vigilante; por outro lado, repetiam as atitudes dos presidentes tidos como populistas; uma imagem sob a qual não procuravam projetar seus mandatos¹⁰. Uma das fotografias mais emblemáticas que foram reproduzidas por muitos veículos de comunicação, foi a de Médici erguendo a Taça Jules Rimet, buscando causar uma aproximação entre o título recém-conquistado e à sua imagem.

Como ele próprio buscou expressar, a conquista da seleção brasileira representava a “afirmação do valor do homem brasileiro”¹¹ na qual ele expressa o

(...) desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.

“*Um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum*” que estava naquele mesmo dia junto à todos que estavam comemorando, em uma tentativa de desconstruir a imagem que o regime já tinha angariado em vários espaços, inclusive no exterior, como um país que usava da tortura como uma política de Estado legitimada pelo próprio general-presidente. Não é à toa, que é preciso destacar que “esses lances de marketing, obviamente, não têm nada de espontâneo. Tentar construir em torno do mandatário público uma imagem positiva sempre foi um traço marcante de qualquer propaganda oficial” (FICO, 1997, p. 70).

¹⁰ No livro citado de Carlos Fico, *Reinventando o otimismo*, há uma discussão neste sentido, haja vista que os generais presidentes, buscavam distanciar suas aparições e atuações políticas que se aproximassem com as práticas dos presidentes considerados populistas.

¹¹ Emílio Garrastazu Médici. “O valor do homem brasileiro”. Discurso em decorrência da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, proferido em 21 de Junho de 1970. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970> > Acesso em 17 fev. 2016.

2.1 O APITO INICIAL PARA O CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES

As comemorações pela conquista do tricampeonato ainda ecoavam na memória da população, quando a proposta do Campeonato Nacional de Clubes foi colocada em prática a partir de 1971. Ao longo deste tópico, será problematizada a forma como o Campeonato foi pensado e posto em prática, abordando como a inserção de clubes passou a ser uma ferramenta política para angariar uma legitimidade através da conquista de votos para as eleições do legislativo ao longo da década de 1970.

Antes da formulação do Campeonato Nacional, os clubes disputavam o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, o “Robertão”, que tinha sido realizado entre os anos de 1967 a 1970. Também chamado de Taça de Prata, o campeonato contava com a participação de vinte clubes, separados em *duas chaves*, em que os melhores colocados em uma disputa de “todos contra todos” respectivos a cada chave, chegariam às finais contra os clubes de Rio – São Paulo.

No entanto, após a conquista da seleção brasileira, em 1970, fez com que os militares colocassem em prática um projeto político capaz de dar uma nova dinâmica ao campeonato apostando na maior inserção dos clubes de outras regiões. Desse modo o Campeonato Nacional de Clubes

Elaborado por Antônio do Passo, o documento apresentado à imprensa como forma de divulgação do campeonato, tem como base a experiência considerada bem sucedida da última Taça de Prata. A separação em duas divisões abria aos clubes da primeira divisão a possibilidade de subir à divisão extra (onde se encontravam os principais clubes) desde que atendessem ao mínimo de exigências de “caráter profissional”, principalmente um estádio e condições para receber as delegações visitantes. (SANTOS, 2012, p. 85)

É importante notar que os clubes deveriam “principalmente [ter] um estádio [com] condições para receber as delegações visitantes” para poder, assim, entrar no Campeonato Nacional. Isso fez com que durante a década de 1970, vários estádios fossem construídos para que, assim, obtivesse o ingresso para que os clubes, campeões dos campeonatos estaduais, pudessem garantir a vaga no campeonato nacional.

É Interessante perceber que ainda que em 1971, é assinado o Programa de Integração Nacional, em que estava previsto uma série de realizações em regiões como Norte e Nordeste com o intuito de integrá-las ao projeto desenvolvimentista. É desse contexto,

que as obras de grande porte – inclusive os “elefantes brancos” – são construídas para demarcar a presença do investimento do regime militar.

Nesse sentido, em 1971 é iniciado o Campeonato Nacional de clubes, com uma série de problemas e desconfianças, pois acontecia durante “campeonatos paralelos ou a simples exclusão de regiões inteiras iam na contramão do discurso oficial e, na visão governista isso deveria ser resolvido” (SANTOS, 2012, p. 100). Os primeiros clubes a disputar o campeonato, em 1970, eram dos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco. Ou seja, pela disposição regional das equipes, percebe-se que não se tratava de um campeonato com amplitude nacional, tendo em vista que as equipes das regiões Norte e Centro – Oeste não foram contempladas pelo convite da CBD.

Não é a toa que o governador do estado de Goiás, Leonino Caiado, no mesmo ano, criou o Torneio da Integração Nacional para convidar as equipes que tinham ficado fora do campeonato proposto pela CBD. Isso fez com que estados que tinham representantes da ARENA no executivo estadual, mas que não tinham representatividade no campeonato nacional, aderissem ao campeonato proposto por Caiado, como forma de manter o calendário dos clubes em execução.

Tabela 1: Lista com ano/data e nome dos estádios construídos na Ditadura

Estádio	Cidade	Ano de inauguração	Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964	Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965	Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965	Amigão	Campina Grande-PB	1975
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966	Serra Dourada	Golânia-GO	1975
Abreuzaão	Marília-SP	1967	Verdão	Cuiabá-MT	1976
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968	Índio Condá	Chapecó-SC	1976
Rei Pelé	Maceió-AL	1968	Centenário	Caxias-RS	1976
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968	Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969	Willie Davids	Maringá-PR	1976*
Batistão	Aracaju-SE	1969	JK	Itumbiara-GO	1976
Vermelhão da Serra	Passo Fundo-RS	1969	Bezerrão	Gama-DF	1977
Morumbi	São Paulo-SP	1970*	Décio Vitta	Americana-SP	1977
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Limeirão	Umeira-SP	1977
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Mangueirão	Belém-PA	1978
Lanchão	Franca-SP	1970	Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Vivaldão	Manaus-AM	1970	Serejão	Taguatinga-DF	1978
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970	Pituaçu	Salvador-BA	1979
Moreirão	Campo Grande-MS	1971	Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971	Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Arruda	Recife-PE	1972	Moacyrzão	Macaé-RJ	1982
Uberabão	Uberaba-MG	1972	Olimpico Regional	Cascavel-PR	1982
Machadão	Natal-RN	1972	Castelão	São Luis-MA	1982
Albertão	Teresina-PI	1973	Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Castelão	Fortaleza-CE	1973	Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Jauzão	Jau-SP	1973	Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Fonte: < <http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> > Acesso em 01 fev. 2016

Outro aspecto que é importante nesse momento de criação do Campeonato Brasileiro, é a criação da Loteria Esportiva, pois fazia com que a renda produzida pelas apostas, arcasse com “dois graves ônus: as taxas (aluguel de campo) que incidem sobre os jogos e o transporte aéreo da delegação (a ser pago pelo fundo de transportes, com os 5% descontados da renda)” (SANTOS, 2012, p. 85-86). Esse incentivo financeiro criado pelo regime militar fazia com que as viagens e os alugueis dos campos fossem cobertos pelos investimentos que eram feitos pela Loteria.

Essa estrutura de absorção de custos fez com que muitos clubes procurassem a CBD para entrar no campeonato. É nesse aspecto que o campeonato brasileiro “transformou-se em uma questão política, e governadores associaram-se a dirigentes de clubes para fazer pressão por seus times” (SANTOS, 2012, p. 88), de maneira que desde o ano seguinte, 1972, a quantidade de clubes fosse aumentando progressivamente, (até que chegam ao ano de 1979, com a quantidade de 94 clubes).

Vários fatores são apontados para o aumento no número de clubes participantes: o primeiro advém da necessidade de incorporar times de outras regiões, o que já é feito na segunda edição, quando então são destinadas duas vagas à clubes da região Norte, especificamente do Pará e do Amazonas (SANTOS, 2012, p.100). Outro aspecto, e este atrelado à dimensão política, remete ao fato de que “mesmo times de pequeno porte “forneciam” seus dirigentes para os quadros legislativos, principalmente em cidades também pequenas (ou mesmo nos subúrbios das grandes cidades), onde os clubes possuíam grande importância na socialização dos habitantes” (SANTOS, 2012, p.109), fazendo com que as bancadas legislativas buscassem apelo junto às federações¹² para que as vagas fossem ampliadas para os clubes.

Com isso, o processo eleitoral de 1974, para deputados e senadores, fez com que o MDB ganhasse uma projeção significativa no ganho de cadeiras nas bancadas legislativas. Para ter um exemplo disso o

MDB praticamente dobrou seu número de representantes (de oitenta e sete nas eleições de 1970 para cento e oitenta e cinco em 1974), enquanto a ARENA recuou de duzentos e vinte e três para cento e noventa e nove deputados, garantindo mesmo assim uma maioria de 54,6% contra 45,3% do MDB. Mas a sua força foi demonstrada no Senado onde consegue dezesseis das vinte e duas vagas em disputa, somando assim um total de vinte

¹² Ainda existe uma necessidade para que novos trabalhos busquem problematizar a relação entre as federações estaduais, os clubes e o governo durante este período de regime militar.

deputados (antes eram apenas sete) contra a maioria arenista reduzida de cinquenta e nove para quarenta e seis senadores. (SANTOS, p. 104)

Ou seja, tornava-se visível o crescimento do MDB, exigindo que os representantes arenistas construíssem uma série de manobras políticas para diminuir o aumento de políticos emedebistas. E uma dessas estratégias perpassou pelo futebol: em 1974, João Havelange já vinha havia muito tempo com sua imagem desgastada principalmente depois de 1972, quando esteve à frente da organização da *Minicopa* (que discutiremos no próximo tópico) para as comemorações do Sesquicentenário da Independência, devido a uma série de acusações de fraudes e gastos excessivos. No entanto, desde 1970, durante o congresso realizado após a Copa do Mundo, João Havelange lança a sua candidatura para o cargo de presidente da FIFA. Isso fez com que em 1972, durante a *Minicopa* houvesse uma quantidade de gastos ao ponto que houve uma “pressão do regime na CBD e [com] as denúncias de corrupção envolvendo o presidente Havelange levaram seu afastamento” (MAGALHÃES, 2013, p. 77.).

Em Janeiro de 1975, quem assume o cargo de presidente da CBD é o Almirante Heleno Nunes¹³. A escolha de seu nome (bem como seus vínculos políticos e institucionais) ocorre em um momento peculiar, na medida em que, como vimos, o MDB passava por um processo de crescimento eleitoral nas instâncias do legislativo, muito embora, a maioria ainda permanecesse com a ARENA. Por isso,

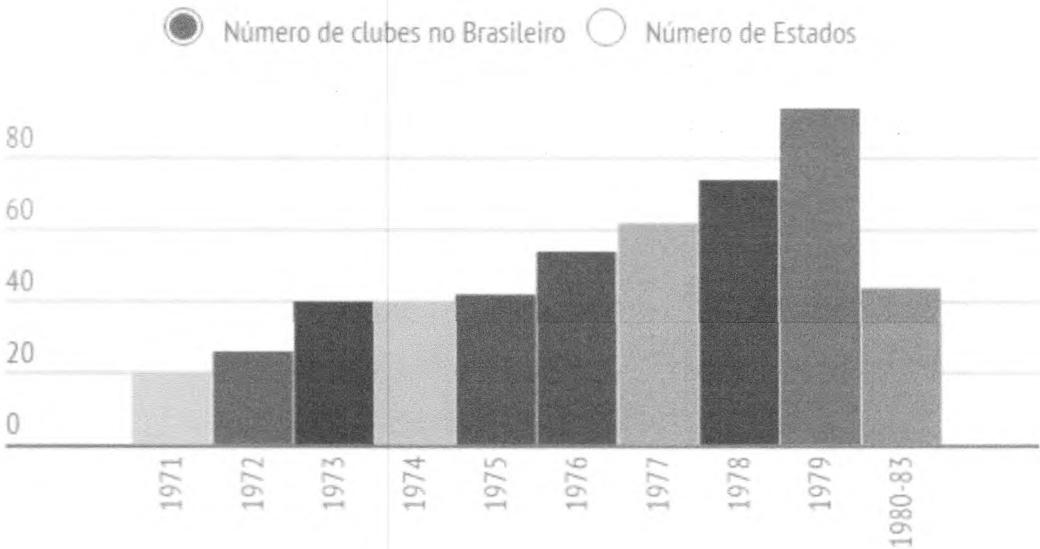
Se, com João Havelange, o crescimento da competição dependia do ritmo das alianças elaboradas pelo dirigente máximo, a partir de 1975, um homem da ARENA estava no comando da Confederação (...) É com esta politização, concomitante à expansão do número de Clubes, que se popularizou a frase até hoje atribuída ao almirante-dirigente: “onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional” (SANTOS, 2012, p. 113)

¹³ Alguns aspectos da sua trajetória política, explicam a escolha do seu nome para ocupar a presidência da CBD: “Ex- dirigente do Bonsucesso e diretor de futebol do Vasco da Gama no momento de sua nomeação, três vezes deputado pela ARENA, ganhou projeção política ao ser secretário de Estado do Rio e liderar a ARENA estadual, passando pela diretoria de futebol da própria CBD antes de alcançar a presidência da entidade. Filho do ex-capitão Adalberto Nunes, era primo do jogador Gérson (o “canhotinha de ouro”), irmão do ex-ministro da Marinha no governo Medici (Adalberto de Barros Nunes) e do diretor de relações públicas da Petrobrás, o general Antônio Luiz de Barros. (SANTOS, 2012, p.111).

Essa frase “onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional” parece ter sido a tônica da gestão do Almirante Heleno Nunes à frente da CBD. Em nome de uma certa “integração nacional”, projetada desde idos de 1971, quando o projeto tinha sido assinado por Médici, a execução no futebol começou a apresentar essa integração a partir de 1975. Em outras palavras

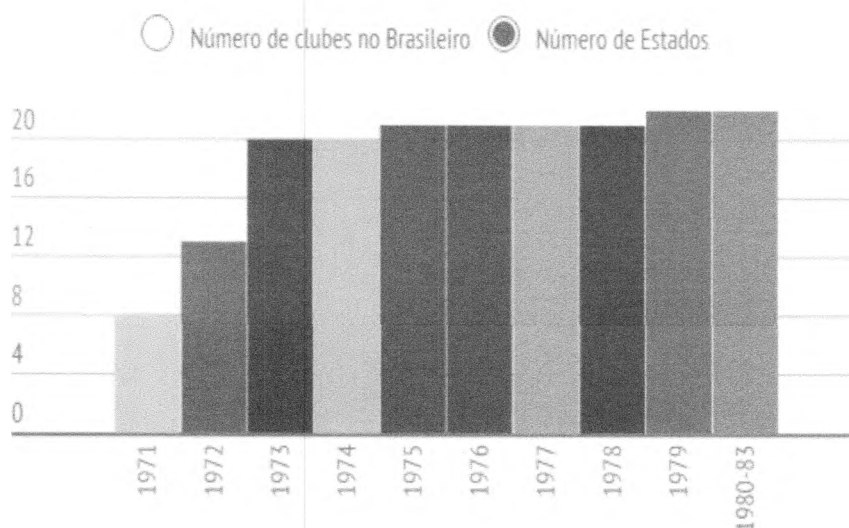
A inclusão de novas equipes atendia a critérios políticos e isto era claro para boa parte dos brasileiros naquele momento; sendo assim, eram cada vez mais comuns as contestações de partes dos apaixonados pelo esporte. O almirante Heleno Nunes recebia uma romaria de dirigentes interessados na inclusão de seus times, levando consigo até a rua da Alfândega gráficos da população de suas cidades ou mesmo orçamentos dos municípios para convencer o dirigente máximo (SANTOS, 2012, p.115)

Gráfico 1: Número de clubes participantes do Campeonato Nacional



Fonte: < <http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> Acesso em 01 fev. 2016.

Gráfico 2: Números de estados participantes do Campeonato Nacional



Fonte: < <http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> > Acesso em 01 fev. 2016.

Não é possível afirmar que a inserção do primeiro clube paraibano no campeonato nacional, o Campinense, feita em 1975, tenha relações diretas com essa negociata política que foi a inclusão de clubes feita durante a gestão do almirante; no entanto, há o indício de uma reunião feita no Rio de Janeiro, entre o presidente do Conselho Nacional de Desportos, Jerônimo Bastos, com o prefeito de Campina Grande, Evaldo Cruz, no sentido de viabilizar a construção dos estádios. Ao mesmo tempo, como vimos, a construção de praças esportivas constava como um dos pré-requisitos necessários para recebimento dos jogos do nacional. Com o Campinense, em 1975, conquistando o tetra campeonato paraibano, e com a conclusão dos estádios “O Amigão” e “O Almeidão”, já não havia mais empecilhos para a participação de clubes paraibanos, e o Campinense realiza sua estreia, em um momento em que havia a presença de “quarenta e dois clubes, fazendo com que todos os estados do país possuíssem representantes no campeonato nacional” (SANTOS, 2012, p.112), bem como que “das trinta cidades contempladas com clubes no campeonato, vinte eram capitais estaduais e as demais [dez cidades] sedes de clubes convidados pela CBD” (SANTOS, 2012, p.116), que no caso, incluía Campina Grande.

Neste sentido, a criação do Campeonato Nacional durante a década de 1970 vincula-se a um projeto político que, de início, estava atrelado ao processo de Integração Nacional e que, ao longo dos anos, passou a estar vinculado às eleições legislativas como uma forma de barrar o crescimento do MDB apresentado em 1974, fazendo com que Geisel também tomasse outras medidas para conter esta guinada emedebista¹⁴.

No entanto, isso não deixou com que as diversas críticas se sobrepusessem ao modelo de gestão do campeonato nacional articulado pela CBD. Em uma sessão legislativa na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, o líder da bancada do MDB,

o deputado Silvio Lessa, afirma que a CBD tornou-se “um baleão de favores pessoais para determinados parlamentares da ARENA fluminense”, pedindo o controle das contas da entidade. Para o opositorista, Heleno Nunes estaria envolvido no fornecimento de dinheiro a clubes do interior fluminense, nos quais seus escolhidos levariam dinheiro¹⁵ da CBD e exerceriam influência política, conseguindo assim, benefícios eleitorais. (SANTOS, 2012, p. 124)

Ainda sobre essa mesma fala do representante do MDB na Assembleia Legislativa, a *Folha de São Paulo*¹⁶ publicou o seguinte trecho

O que se espera é que as autoridades brasileiras sintam que o sr. Heleno Nunes está prestando um desserviço ao esporte brasileiro. Está se dando a ele um orçamento que talvez seja o sexto ou sétimo da república. Na linha hierárquica do poder financeiro, o senhor Heleno Nunes está abaixo apenas do presidente da República, do Ministro da Fazenda, do presidente do Banco do Brasil e do presidente da Caixa Econômica Federal. (SANTOS, 2012, p.12)

¹⁴ A partir de 1975 foram feitas as seguintes mudanças: “os presidentes passariam a ter seis anos de mandato, haveria eleições indiretas para governadores, eleições indiretas de um dos dois senadores a serem eleitos em cada estado da federação, possibilidade de mudança da Constituição por maioria simples, redução do prazo de inelegibilidade para três meses; instituição de sublegendas na eleição direta dos senadores; ampliação das bancadas que representavam os estados menos desenvolvidos e extensão da lei Falcão para todas as eleições diretas, reduzindo a propaganda eleitoral na televisão à apresentação do nome, número e currículos dos candidatos” (SANTOS, p. 120, 2012)

¹⁵ Trecho citado em: SANTOS, Daniel de Araújo dos. Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de futebol, 2012. P, 124, o qual faz referência à uma reportagem veiculada no *Jornal do Brasil*, de 19 de Outubro de 1977, intitulada “Líder do MDB lança dúvidas sobre as contas da CBD”.

¹⁶ *Folha de São Paulo*, 19 Out. 1977. “Deputado acusa Heleno de ajudar ARENA com futebol”..

Por isso, o ambiente do futebol brasileiro após o processo de ampliação de clubes promovido pelo Almirante Heleno Nunes, transcorria não apenas em âmbito político promovido pelas bancadas do MDB, que alegavam o favorecimento de clubes específicos com vias a assegurar votos e conter o avanço oposicionista nas eleições; mas também havia críticas de dirigentes de Clubes como é o caso do presidente do Bahia, Carlos Palma, ao afirmar que “o campeonato brasileiro só é lucrativo para os hotéis, para as companhias de aviação, CBD e as federações. Mas não para os clubes”¹⁷ (SANTOS, 2012, p. 126).

2.2: “NÃO TEMOS MUITOS RECURSOS, MAS TEMOS QUE FESTEJAR”: O TORNEIO DA INDEPENDÊNCIA EM JOGO.

Doutor Havelange, não temos muitos recursos, mas temos que festejar. Temos programas imensos na área da cultura, arte e música, mas o que toca a massa mesmo é o futebol. Seria bom se fizéssemos um torneio ou uma Copa que pudesse situar de maneira mais valiosa e preciosa para o Sesquicentenário.¹⁸ (CORDEIRO, 2012, p.135).

Em suas memórias sobre a Taça Independência, João Havelange usou essa expressão, para relembrar que esta fala havia sido feita pelo próprio presidente Médici em uma reunião realizada no começo de 1972, para explicar a formação de um torneio no ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Isto é, João Havelange atribuiu à Médici a ideia de ter proposto tal torneio de seleções. Muito embora, essa afirmação de Havelange faça referência à 1972, neste período, a competição já havia sido decidida pela CBD junto à FIFA, e ao longo do ano de 72, estava em curso a decisão pelas seleções que iriam participar da Supercopa.

Ademais, voltarei a essa noção de que “o que toca a massa mesmo é o futebol”, exatamente por entender que os vínculos entre a política (independente que seja em uma democracia, ou em um regime de exceção) e o futebol, são vias de mão dupla, em que ambas as partes estão atreladas em um processo que fazem parte de um jogo de

¹⁷ *Veja*, 21 Dez. 1977. “Rendas divididas”.

¹⁸ Ernesto Rodrigues. *Jogo Duro: a história de João Havelange*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.135. Citado em: CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972) – 2012.

intencionalidades, a partir das quais refletem ações e acontecimentos que procuram beneficiar os dois lados.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o Torneio Independência em 1972 e a forma como este acontecimento vai se intercalando com outras expressões de modo a criar um *otimismo* junto à toda nação. De maneira que

(...) a memória que Havelange evocava anos depois para explicar como teria surgido a ideia do Torneio de futebol diz muito a respeito do tratamento e do status que o esporte ganhou no país naqueles primeiros anos da década de 1970. Também dizia muito a respeito de como a figura de Médici esteve, durante seu mandato, muito mais diretamente vinculada ao futebol, do que por exemplo, à repressão. (CORDEIRO, 2012, p. 136)

Nesse sentido, a Supercopa realizada em 1972, faz parte de um conjunto de ações planejadas pelo regime militar que, desde 1970, (após a campanha da seleção no México), construía vínculos e projetos na área esportiva, que se conectavam a outros momentos e conquistas, a fim de produzir a euforia no contexto do *Milagre Brasileiro*. Para isso, o regime não poupou esforços para a realização do evento futebolístico: o Brasil receberia vinte seleções, ou seja, quatro a mais do que a última edição da Copa do Mundo e realizaria os jogos em doze estádios, buscando provar que o desenvolvimento do país não se concentrava em centros políticos, mas que estava atrelado ao Plano de Integração Nacional.

Por isso, é importante analisar como a Supercopa de 1972, estava inserida em um contexto de propaganda do regime militar, na medida em que

(...) o otimismo estava, de fato, sendo reinventado a partir dos valores, tradições e políticas representadas pela ditadura. Esse processo passava efetivamente, pelas conquistas esportivas, sobretudo no futebol. Mas não apenas. Relacionava-se também aos altos índices de crescimento econômico que os técnicos do governo faziam questão de alardear ano a ano; passava pelas facilidades de crédito concedidas a consideráveis extratos das classes médias (...) a expansão das fronteiras através da construção de grandes rodovias, ligando o país de ponta a ponta, como a Transamazônica, à construção de grandes obras, à integração proporcionada pelas redes de comunicação, [além] do sistema de telefonia, que se expandia de forma até então nunca vista no país, à expansão da sociedade de consumo (...) e finalmente à certeza de que a subversão e o terrorismo estavam sendo definitivamente controlados pelos órgãos responsáveis do Estado. (CORDEIRO, 2012, p.144)

Isto nos faz pensar que a produção do Torneio da Independência é, sobretudo, um evento político, tendo em vista que estava vinculado às outras realizações do regime militar, pois como afirmou o presidente da ARENA, Rondon Pacheco, recomendado aos parlamentares arenistas “que não deixassem de mencionar em suas campanhas a vitória brasileira no México ‘ao lado das realizações do governo revolucionário’, na medida em que, se tratava de ‘fator positivo’ da ‘mensagem que o partido governamental deve levar ao povo’”¹⁹ (CORDEIRO, 2012, p.143).

Tratava-se de projetar os “fatores positivos” do desenvolvimento econômico que o país passava, a partir da vitrine que a Supercopa produzia para o resto do mundo, pois

A Supercopa tinha esse propósito. Não se tratava apenas de demonstrar os feitos da seleção canarinho em campo que, afinal, já tinham sido vistos e consagrados mundo afora ao vivo e cores em 1970. Tratava-se de mostrar a capacidade da realização da Pátria de tostão, Jairzinho e companhia. Nesse sentido, o Torneio Independência, de acordo com o espírito megalomaniaco que tomou conta do país naquele ano do Sesquicentenário (CORDEIRO, 2012, p.140).

O que estava na arquibancada dos jogos, era a ideologia política. Tanto a de João Havelange, buscando fazer um evento com ressonância mundial, a ponto de causar impacto nas eleições para presidência da FIFA, dois anos seguinte (o que conseguiu, de fato), assim como, a produção de memórias ligadas ao presidente Médici, que o tornavam um *cidadão comum* através de várias reportagens da época, e que a descrição da Janaína Cordeiro nos ajuda a pensar

Assim, antes de iniciar a grande final, os auto-falantes anunciaram a presença do grande estadista e de sua esposa dona Scyla que, habitualmente o acompanhava aos estádios. Habitualmente, mas não naquele dia: embora a presença estivesse confirmada, na última hora a primeira-dama não pode comparecer ao evento. Pouco importava. Quando as auto-falantes anunciaram a presença do Presidente, repetiu-se no Maracanã uma cena que vinha se tornando comum desde 1969, não apenas ali, mas em vários outros estádios do país onde sua presença era anunciada: aplausos, muitos aplausos. Podia-se dizer mesmo, ovações. A tamanho entusiasmo, o Presidente respondia com acenos e sorrisos (CORDEIRO, 2012, p.136)

¹⁹ Trecho retirado de: GUTERMAN, Marcos. “Médici e o futebol: a utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do regime militar” In: **Projeto História**. São Paulo. Vol. 29, Tomo I, Dezembro de 2004, p. 272.

¹⁹ A campanha da seleção brasileira foi: 1º jogo: Brasil 0 x 0 Tchecoslováquia / 2º jogo: Brasil 3 x 1 Iugoslávia / 3º jogo: Brasil 1 x 0 Escócia / 4º Jogo: Brasil 1 x 0 Portugal. Apesar de ter sido uma edição com vinte clubes, o Brasil não jogou a fase de grupos, presente na fase final.

A presença de Médici nos estádios já era um aspecto conhecido das torcidas cariocas que acompanhavam o jogo de seus clubes. Quase sempre ao lado de sua esposa (o que não aconteceu na final do Torneio), e de seu rádio de pilha, sua presença era uma forma de “*testar sua popularidade*” (CORDEIRO, 2012, p. 135) todas as vezes que ia ao Maracanã (e outros estádios) para ver os jogos do Flamengo, time pelo qual torcia.

Em síntese, a Supercopa serviu para superar, (como diria Nelson Rodrigues), o *complexo vira-lata* que estava presente no futebol brasileiro, desde 1950, após a derrota da seleção canarinho para o Uruguai em pleno Maracanã. A campanha da seleção brasileira²⁰, fez com que o drama de 1950, se não o foi esquecido, foi ao menos amenizado pela conquista do Título *em casa*. E apesar de alguns jogos não terem lotado os estádios (e como vimos), uma série de denúncias envolvendo o presidente da CBD, João Havelange, não impossibilitou sua eleição para dirigente da FIFA em 1974, na medida em que, os usos políticos a que se propunha a realização do evento, foram construídos sob o argumento de grandiosidade, acarretado pelo *Milagre Econômico*.

²⁰ A campanha da seleção brasileira foi: 1º jogo: Brasil 0 x 0 Tchecoslováquia / 2º jogo: Brasil 3 x 1 Iugoslávia / 3º jogo: Brasil 1 x 0 Escócia / 4º Jogo: Brasil 1 x 0 Portugal. Apesar de ter sido uma edição com vinte clubes, o Brasil não jogou a fase de grupos, presente na fase final.

3. “NÃO É POSSÍVEL SALVAR UMA CONSTITUIÇÃO A NÃO SER FAZENDO-LHE CERTOS ARRANHÕES”²¹: AS ARTICULAÇÕES DE CLASSE DE ERNANI SÁTYRO (DO CONGRESSO NACIONAL AO GOVERNO DO ESTADO)

O objetivo desse capítulo é discutir como Ernani Sátiro, no percurso de sua trajetória política estabeleceu boas relações com uma de série associações de classe dominante, que permitiram considerar este período de seu mandato (1971-1975), uma continuidade do processo hegemônico da Ditadura Civil-Militar em curso na década de 1970. Não se trata, portanto, de estabelecer toda a sua biografia política, mas de localizar os momentos em que Ernani Sátiro se vincula com o poder de exceção conduzido pelas classes dominantes e militares, como uma forma de estar presente nos círculos de poder das elites econômicas e políticas.

Ao longo do percurso desta problematização será dado enfoque aos discursos proferidos na época em que exercia seu mandato de Deputado Federal, em 1964, destacando assim, como seu apoio ao golpe e a Ditadura Civil-Militar foi lhe garantindo a ocupação de cargos centrais no Aparelho de Estado ditatorial. Em um segundo momento, ganhará relevo a percepção que foi a partir desse vínculo classista que o possibilitou ser indicado pelo Presidente Médici ao governo estadual, em 1970, isto é, em um momento de vigência do Ato Institucional 5, em que os cargos para o executivo estadual que não estivessem alinhados à proposta dos interesses militares e burgueses, tinham mandatos e candidaturas cassadas.

Continuando nesta proposta de discussão das relações do governo com as associações de classe, outro aspecto que também passará às linhas deste trabalho, será questionar como foi possível um estado de pequeno porte como a Paraíba, na conjuntura do Plano Nacional de Integração, executar a realização de dois projetos de estádios ao mesmo tempo, tendo em vista que as praças esportivas receberam recursos do Ministério da Educação e Cultura. Neste mesmo ponto, entrará em campo de análise, a associação que houve entre o governo do estado e as empreiteiras que executaram o projeto de construção dos “elefantes brancos”²² da Paraíba.

²¹ Esta frase fez parte de um discurso proferido por Ernani Sátiro enquanto Deputado Federal em 1964, no dia 1º de Abril, logo após a instituição do golpe.

²² Esta denominação de “elefantes brancos” tem a ver com as construções e edificações realizadas durante a vigência do período de exceção entre 1964-1985, em que a ideia de modernidade, de grandiosidade, era

Para o espaço desse capítulo, considero algumas partes dos textos biográficos produzidos por Flávio Sátiro Fernandes²³, denominado *Ensaio Biográfico e seleção de documentos e discursos*, disponível na Biblioteca Digital da Câmara, que elenca alguns *Perfis Parlamentares*, do qual Ernani Sátiro ocupa o número 61, que, em síntese, traceja alguns aspectos de sua biografia política, reproduz os discursos da época em que Ernani Sátiro exercia mandato de Deputado Federal; além de fotografias correspondentes à sua trajetória política. Além deste aporte documental, os jornais (*A União, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba*) também apresentam trechos e passagens relevantes dentro da proposta que já delineei no começo do capítulo, uma vez que estes periódicos também ocupavam um lugar social associado às elites, e por este motivo, reproduziram espaços que procuravam construir uma legitimidade relacionada ao poder em exercício do Governador durante a execução das obras dos estádios. Outrossim, o livro *Tradição e Renovação*, organizado também por Flávio Sátiro Fernandes, reúne discursos do período entre 1970 e 1975, ou seja, enquanto Ernani Sátiro ocupava o executivo estadual.

Como já abordei em um primeiro momento, não se trata de trazer à tona toda a vida política de Ernani Sátiro, mas localizar em sua trajetória os aspectos que o relaciona essencialmente às classes dominantes e como este lugar político foi criando espaço para formular articulações de classe que irão resultar em sua coligação aos civis-militares que imputaram o Golpe de 1964. Neste sentido, é preciso chamar atenção especialmente, para o quinto mandato legislativo que desempenhou a partir de 1962. Foi a partir desse mandato, que Ernani Sátiro se colocou em oposição ao governo Jango. Como afirma Flávio Sátiro, na tentativa de biografá-lo em termos políticos, “Da tribuna da Câmara pronunciou mais de dez discursos denunciando a situação de insegurança que o país vivia”.

refletida em edificações enormes, como por exemplo, a Transamazônica, a Ponte Rio-Niteroi, as Usinas nucleares, etc. Sobre essa denominação relacionada aos estádios, consultar: < <http://trivela.uol.com.br/dacriacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> > Acesso em 01 fev. 2016.

²³ Flávio Sátiro Fernandes esteve presente durante a gestão de Ernani Sátiro no governo do estado. “Em Janeiro de 1974, é nomeado membro do Conselho Estadual de Educação e em maio do mesmo ano assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do Estado. Deixando este cargo em março do ano seguinte, passou a exercer o de Procurador Geral do Tribunal de Contas do Estado, até setembro de 1975, quando é nomeado Conselheiro daquela Corte. No Tribunal de Contas exerceu diferentes funções, tendo sido seu Presidente em três períodos e atualmente é Corregedor”. Sobre mais detalhes, está disponível em: < http://www.ihgp.net/flavio_satiro.htm > Acesso em 15 maio 2016.

“Insegurança” que, para este autor citado, significaria uma série de tensões sociais, ou seja, luta de classe. Apesar de vários aspectos estarem relacionados à crise política que o país viveu durante o mandato de Jango, é preciso dar relevo a um em especial: a reforma agrária. Considerado como “programa máximo” das esquerdas, havia um intenso debate social que colocava em pauta a necessidade de uma reforma agrária. No entanto, nos termos da Constituição de 1946, não poderia haver desapropriação de terras sem que houvesse pagamento de indenizações. A bancada udenista (UDN), segunda mais populosa no Congresso, fazia frente à proposta de mudança na Constituição para que a Reforma Agrária fosse realizada. Um dos parlamentares que se colocou contrário às reivindicações dos movimentos sociais, foi Ernani Sátiro que em um de seus discursos condenou essas transformações na Carta Magna brasileira.

Nesse sentido, três momentos serão colocados em cena, para discutir como Ernani Sátiro, na realização de seu mandato político enquanto deputado federal, esteve a partir das suas posições políticas e, sobretudo de classe, aliado a interesses que estavam na agenda do conservadorismo nacional. É preciso retornar à 1963, para entender como se dá essa encenação no Legislativo federal. Três temas que estavam em enfoque no debate do Congresso, serão elencados aqui, para demarcar as relações e os lugares em que Ernani Sátiro construiu durante a atuação parlamentar: a primeira delas é relacionada à reforma agrária, a segunda sobre o combate ao comunismo e em terceiro ao presidente João Goulart.

Adentrando neste documento dos *Perfis Parlamentares*, é preciso de antemão anunciar algumas ressalvas, tendo em vista a forma como o conteúdo e a biografia de Ernani Sátiro foram sendo construídas, na medida em que o próprio projeto tem como proposta “enaltecer grandes nomes do Legislativo” através do “resgate [da] atuação marcante de representantes”, que em síntese, tem em seu arcabouço, a finalidade de “homenagear a figura de eminentes tribunos por suas contribuições históricas à democracia” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 784).

Isto é, a forma de narrar a vida do biografado presente neste projeto, tem uma intencionalidade política, no sentido de dar enfoque a momentos políticos para enaltecer os “eminentes tribunos” da história política do Congresso, os quais, segundo o documento, proporcionaram “contribuições históricas à democracia”. Com isso, já é possível aqui, ir traçando as contradições presentes neste documento. Se a proposta dos

Perfis Parlamentares traz em seu arcabouço a ideia de elencar grandes nomes que contribuíram para a democracia brasileira, como atribuir este feito a um deputado que esteve na linha de frente da ruptura na constitucionalidade e da legalidade que promoveu um golpe civil-militar e que depôs um presidente eleito democraticamente barrando uma série de reformas de base?

Neste sentido, é preciso já anunciar que este movimento de reflexão tem uma proposta contrária ao que se elenca neste documento de *Perfis Parlamentares*, na medida em que não busca formalizar uma produção de memória e historiográfica com pretensões de saudar, aplaudir ou “enaltecer [esses] grandes nomes” do Congresso Nacional, mas de localizar os aspectos da vida de um parlamentar em específico, isto é, Ernani Sátiro, e problematizá-los dentro de uma perspectiva mais ampla e crítica, na interface e diálogo com as posições políticas que se acirravam na primeira metade da década de 1960.

Por isto, que a perspectiva teórica que encaminha à elaboração deste trabalho, é exercer – ainda que nos limites da construção de um trabalho monográfico – uma produção historiográfica que problematiza as composições de uma *memória oficial* como coloca Michael Pollack. Portanto, ganhará relevo as *memórias subterrâneas*, isto é, aquilo que não estava na intencionalidade primeira na produção da série *Perfis Parlamentares*. A crítica historiográfica já teceu contribuições referentes a esta proposta da história metódica em voga no século oitocentista que era praticada dentro desta perspectiva de elogio aos ditos grandes personagens da história, como discute Vavy Pacheco Borges em *Grandezas e misérias da biografia*. E ainda que distante temporalmente em relação ao século XIX, estas produções ainda se avolumam e assim, permitem que, a partir delas, possamos realizar trabalhos em outra linha teórico-metodológica como a que proponho nessa Monografia na qual busco problematizar as articulações políticas que foram sendo construídas, tanto pelo sujeito que se pretende biografar, como pelo conteúdo e pelo projeto que dão forma a este tipo de documentação.

Seguindo a proposta de identificar alguns aspectos da trajetória política de Ernani Sátiro, localizando os vínculos de classe que foram sendo estabelecidos, é preciso levar em conta como ele adentrou no campo do exercício político. Tomando como ponto de partida, a própria narrativa composta nos *Perfis Parlamentares*, tal trajetória começa a ser descrita da seguinte maneira:

Ao nascer, já trazia no sangue o germe da política, transmitido por alguns de seus ancestrais e parentes próximos. O seu trisavô, José Raimundo Vieira, dono de extensas porções de terras no município de Patos, fez parte da primeira composição da câmara de vereadores daquele município, quando de sua criação e instalação, em 1833. O seu bisavô, Miguel Sátyro e Sousa, o primeiro desse nome, foi também membro daquela câmara, no século XIX, além de integrante da antiga Guarda Nacional. O avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, grande latifundiário no sertão paraibano, foi deputado na assembleia legislativa da província em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piancó, um dos mais antigos e mais extensos da região [...] Por fim, seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político de Patos a partir do início do século passado, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do major Miguel”. Além de deter a chefia política do importante município, Miguel Sátyro foi deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas. (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.16)

Como é comum nas narrativas que exaltam os nomes dos grandes personagens e suas atuações, colocando quase como um destino-manifesto a capacidade de ascensão política de determinados sujeitos, assim acontece com esta documentação, que elenca a proximidade à atividade pública pelo motivo que Ernani Sátyro “já trazia no sangue o germe da política” uma vez que “seus ancestrais e parentes próximos” já desempenhavam. Ao ler a genealogia da família Sátyro, um aspecto chama atenção: desde seu trisavô, José Raimundo Vieira, passando pelo seu avô materno Firmino Ayres Albano da Costa e chegando até o seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, percebe-se que há um vínculo entre latifúndio e poder, corroborando a ideia de que a política exercida pela família Sátyro, vindo de longas datas (1883), são provenientes das extensas faixas de terras que detinham. Esta composição social é posta neste trecho como condição para o exercício dos mandatos que eram ocupados nos cargos de vereador, deputado e prefeito dos que antecederam Ernani Sátyro. O que desejo chamar atenção neste aspecto é que Ernani Sátyro fazia parte de uma família oligárquica que se organizava e se estruturava de forma hegemônica, associando a condição de latifundiários, isto é, a posse de grandes porções de terra, que se refletia no exercício da atuação política. Na narrativa biográfica, esta hegemonia política exercida na região de Patos, é nomeada como “Patos do major Miguel”, em referência ao seu pai Miguel Sátyro e Sousa, visto que ocupou a chefia política por quase trinta anos, além de ter exercido o cargo de Deputado Estadual por três candidaturas seguidas.

Com isto, quero chamar atenção para o fato de Ernani Sátyro vir de uma tradição política de classe latifundiária, possibilitando o acesso a uma educação direcionada às

elites, que era a formação em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, e em seu retorno começar a desempenhar seus primeiros momentos na política local. Até o seu quinto mandato como Deputado Federal, iniciado em 1962, que é o principal que analiso, em sua trajetória política, ocupou os cargos de chefe de polícia, prefeito de João Pessoa; por oito vezes, foi eleito Deputado Federal e foi nomeado governador, em 1970, por Emílio Garrastazu Médici.

Tabela 2: Lista com ano, cargo e votos obtidos por Ernani Sátiro (1934 – 1978)

ANO²⁴	CARGO	VOTOS
1934	Deputado para Assembleia Constituinte Estadual (PL)	*
1939	Nomeado chefe de polícia	
1940	Nomeado Prefeito de João Pessoa	
1945	Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (UDN)	6.759
1950	Deputado Federal	12.365
1954	Deputado Federal	13.010
1958	Deputado Federal	*
1962	Deputado Federal e integra o Bloco Parlamentar Revolucionário	9.899
1966	Deputado Federal	18.124
1968-1969	Ministro do Superior Tribunal Militar	
1971-1975	Governador	*
1978	Deputado Federal	28.959

²⁴ Este quadro foi montado a partir das informações presentes no livro *Tradição e Renovação*, que reúne discursos de Ernani Sátiro durante seu mandato enquanto governador. (*) As informações assinaladas não estão disponíveis na descrição presente no livro.

1982	Deputado Federal	51.435
------	------------------	--------

Fonte: SÁTYRO, 1994.

Apesar de Ernani Sátiro ter ocupado vários cargos em diversos momentos, vou localizar apenas alguns discursos proferidos em seu quinto mandato, assumido em 1962, e o sexto mandato, que fora assumido em 1966. Estes discursos proferidos disponíveis na série *Perfis Parlamentares* a que tenho me detido até este momento, trazem o posicionamento político de Ernani Sátiro, que apontam como este, enquanto oposição ao governo Jango, componente da bancada da União Democrática Nacional, esteve em momentos decisivos da ruptura institucional de 1964, se colocando não apenas em contrariedade ao presidente na época, mas também às próprias esquerdas, afrontando os movimentos sociais (Central Geral dos Trabalhadores e União Nacional dos Estudantes) taxando-os de “subversivos” e agentes do comunismo no Brasil.

Nesse sentido, serão localizados quatro discursos em específicos: *Desnecessidade de reforma da Constituição para possibilitar a reforma agrária*, proferido no dia 15 de Maio de 1963; *A propósito da nota dos ministros militares sobre as declarações do governador Carlos Lacerda*, pronunciada no dia 1º de Outubro de 1963; *A revolução de 31 de Março e a Constituição*, elaborado para a sessão do dia 1º de Abril de 1964 e outro intitulado *A revolução de 64 e a segurança nacional*; discutido posteriormente em 1967, quando já era líder da bancada arenista no Congresso Nacional.

Cada um destes discursos se insere no contexto das tensões sociais do pré e pós-1964. Tensões que saíam do Congresso para as ruas e que também faziam o movimento inverso. São discursos que traduzem uma polarização social que cada vez mais se agudizava. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, nestes momentos

Jango tinha que se precaver em face do crescimento dos setores radicais de direita, que entre 1961 e 1964 se tornavam cada vez mais golpistas. Porém, tinha igualmente que administrar os confrontos políticos e pessoais no campo das esquerdas. Sua situação era muito difícil e nada confortável (GOMES & FERREIRA, 2014, P. 85)

Há de se considerar que entre 1961 e 1964, foram raros os momentos em que Jango pôde governar com certa tranquilidade, colocando em execução as propostas às

quais o tinham levado à vice-presidência. A renúncia inesperada de Janio Quadros, a movimentação militar e de alguns governadores que não aceitavam o fato de um vice-presidente com o perfil de Jango – isto é, que vinha de uma tradição trabalhista, que havia participado dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – assumisse os rumos do país; a polarização formada com o reduto brizolista no Sul do país; a agenda da reforma agrária e de tantas outras reformas; os impasses da política externa; a quebra de hierarquia no ambiente militar; estado de sítio anunciado; conspirações executadas pela direita; presença de grupos armados tanto pela esquerda como pela direita²⁵, a dificuldade de negociação entre as bancadas dos partidos no congresso; a instabilidade econômica e financeira; a greve pelo décimo terceiro e a greve dos 700 mil, as Ligas Camponesas, o Centro Popular de Cultura, fazem desse período um dos momentos mais tensos da história política republicana brasileira.

Seguindo em específico em cada um desses discursos, é preciso ir dialogando e situando alguns aspectos dentro da conjuntura da época. Em Maio de 1963, quando Ernani Sátiro proferiu o primeiro discurso elencado acima, relacionado à reforma agrária, estava em conflito a seguinte situação: os movimentos sociais do campo, principalmente no Nordeste, vinham cada vez mais se organizando e atuando de maneira mais direta através das Ligas Camponesas. O “projeto máximo”, como era denominado nas esquerdas, encampava uma luta que buscava uma mudança na Constituição de 1946, que em seu artigo 141, nº 16, previa que “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”²⁶.

Esta propositura constitucional, não era aceito por parte das esquerdas (como por exemplo, as Ligas Camponesas), tendo em vista que em um país como o Brasil, em que a má distribuição de terras está presente desde sua formação primeira, que as terras passíveis de plantio não estavam sendo utilizadas, e ficando ao uso das “indústrias da seca”, o dispositivo constitucional que garantia a indenização para a distribuição de terras, parecia mais um acordo entre o governo e as elites latifundiárias. Era uma questão de ordem para as esquerdas realizar o movimento de redistribuição de terras,

²⁵ Sobre esse aspecto, é possível identificar alguns grupos da direita, por exemplo, o Comando de Caça aos comunistas (CCC) e o Grupo de Ação Patriótica (GAP). Outros grupos à esquerda também se organizavam no país com esta característica armamentista e revolucionária, como por exemplo, o caso da Liga Camponesa de Dianópolis – GO, em 1962.

²⁶ Para verificar o conteúdo relacionado ao artigo 141 da Carta de 1946, é possível acessá-la em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616675/artigo-141-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946> > Acesso em 6 maio 2016.

sem que esta indenização fosse colocada em prática. Por isso, a proposta levantada pelos movimentos sociais, compunha uma mudança neste componente da constituição. No entanto, em um Congresso em que grande parte era composta por latifundiários, a resistência e o embate estavam armados (seja entre os próprios setores da esquerda como PCB e Julianistas que divergiam sobre a forma de condução da Reforma Agrária; até mesmo com os setores conservadores da direita, como a UDN).

Udenista como era, e vindo de uma família de latifundiários, é possível mapear os aspectos que compunham o discurso de Ernani Sátiro, que se inicia afirmando “Queremos as reformas de base, como a agrária e a bancária. Como tantas outras. Entendemos, no entanto, que essas reformas deveriam ser feitas num clima normal, sem paixões, sem pressões” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.493). Isto é, a defesa da bancada udenista naquele momento era que constituição fosse mantida, assim como as pressões que ganhavam força no país, não fosse capaz de romper com o dispositivo constitucional. Continua afirmando que o debate que envolveria as reformas com governo janguista, “não se manifeste através de pressões ilícitas, de movimentos de subversão, que vêm de fora para dentro do Congresso” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 494). Estes “movimentos de subversão”, como veremos adiante, serão o alvo principal dos ataques de Ernani Sátiro em seus pronunciamentos, que para ele faziam parte de uma “pressão ilegal, uma movimentação das massas [...] e a ameaça de revolução, de o povo fazer a reforma pelas próprias mãos” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 495)..

No entanto, mais adiante, em um aparte do Deputado Afrânio de Oliveira, há um componente que chama atenção, quando afirma “que não poderia ser tachada de falsa a convenção nacional do nosso partido, realizada em Curitiba, em que se decidiu, ouvidas as bases do partido, que não se tocaria na Constituição” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 497). Isto é, este deputado, também udenista, expõe que a situação da reforma agrária, já era uma questão fechada do partido oposicionista, que não abriria espaço para transformações na Constituição. Portanto, outro aspecto circundante ao pronunciamento de Ernani Sátiro, a levar em conta, é que pela concordância de discursos e apartes de deputados da mesma bancada, demonstra que havia uma orientação partidária, para não aceitar e não dar sequência à tentativa de mudança constitucional que alterasse a execução da desapropriação de terras pela via da indenização.

Nas palavras de Ernani Sátiro, havia, por trás da mudança constitucional, “motivos ocultos [...] [que] com a violência, com a subversão e com o desrespeito às instituições democráticas, forçar [o] Congresso a fazer uma emenda constitucional” em uma situação que poderia “ser perfeitamente resolvida sem que se toque na Constituição” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 498). Movia-se por trás do discurso de Ernani Sátiro, um pensamento das elites que haviam fechado questão sobre a reforma agrária, que não aceitavam a possibilidade de transformações constitucionais para que fosse executada. Neste seu pronunciamento, conclui afirmando: “Não votaria nunca a emenda do PTB, porque, se aprovada, extinto estaria o direito de propriedade” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 499).

Neste sentido, a UDN fez frente ao projeto petebista e comunista que tinha uma proposta para a reforma agrária, tendo por base a transformação do dispositivo constitucional da Carta de 1946²⁷. As tensões entre estes partidos caracterizavam, em certa medida, a polarização de projetos de poder, tendo em vista que o partido oposicionista do qual era ligado Ernani Sátiro, não coadunava, isto é, não apoiava os movimentos sociais que vinham em crescente manifestação no país, como a Central Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, a Frente de Mobilização Popular e entre outras organizações que eram colocadas neste momento sob o argumento das direitas, como agentes do comunismo, da subversão, das greves ilegais e políticas.

Com isso, adentramos em outro aspecto dos pronunciamentos de Ernani Sátiro que estavam voltados para uma série de críticas direcionadas não apenas ao governo, mas, sobretudo aos movimentos sociais. Quando Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro e um dos mais críticos ao governo de Jango, viajou para Los Angeles e lá faz duras colocações contrárias à política do presidente brasileiro, detonava ali uma bomba, que repercutiria logo em seguida com os ministros militares emitindo uma nota criticando o governador carioca não apenas por ter exposto o problema político nacional no exterior, mas também porque Lacerda manejava junto com os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, articulações conspiratórias com vistas a minar a atuação do governo Jango.

²⁷ A respeito desta questão, há um trabalho de Antônio Torres Montenegro, intitulado “As ligas camponesas e os conflitos no campo”, disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11394> > Acesso em 24 Maio 2016.

Neste episódio envolvendo Carlos Lacerda e a resposta encaminhada pelos Ministros Militares, mais uma vez, materializa-se um conflito de posições divergentes: de um lado a representação do pensamento das direitas, que colocavam Jango como um governante próximo e simpatizante às esquerdas; e do outro lado, os ministros militares saindo em defesa de Jango. Estas tensões fizeram com que Ernani Sátiro ocupasse em seus pronunciamentos, argumentos contrários aos ministros militares, aproveitando a deixa para criticar o governo de Jango e, sobretudo, os movimentos sociais.

O discurso de Ernani Sátiro, intitulado, *A proposito da nota dos ministros militares sobre declarações do governador Carlos Lacerda*, discutido em plenário no dia 1º de Outubro de 1963, tem seu início com a seguinte assertiva:

O que parece estranho é que esses ministros, em vez de se preocuparem com os comunistas infiltrados no governo, com os comunistas que provocam a greve, com os comunistas que estão assessorando o Sr. Presidente da República, com os comunistas que continuam a ser comunistas [...] E a CGT? E a UNE? E todos os outros órgãos espúrios, cobertos pelo manto do presidente da República? (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.502)

Vale ressaltar que na nota dos ministros, que direcionavam críticas ao governador Lacerda, associando-o, contraditoriamente, ao campo das esquerdas, fez com que Ernani Sátiro adotasse uma postura de ácidas críticas aos ministros militares, a começar porque “terem [os ministros] prestado a um papel, a uma missão, que não era deles” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 503). Isto é, na concepção de Ernani Sátiro, não se justificava que os ministros militares saíssem em tom de resposta às críticas que foram feitas por Carlos Lacerda, uma vez que, “responsáveis em grande parte, pela segurança nacional, pela defesa das instituições, a provocar e deflagrar uma discussão, uma polêmica” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 501). Neste sentido, a proposta de Ernani Sátiro, dava eco à ressonância de que os militares não deveriam estar preocupados com as críticas direcionadas à Jango, mas à outra situação, que na retórica política manejada pelo deputado paraibano, acusava o Jango de acobertar pelo seu “manto de Presidente da República”, os “órgãos espúrios”, a saber elencados em sua fala, a Central Geral dos Trabalhadores e da União Nacional dos Estudantes. A linha de frente da argumentação contrária ao governo era que “os comunistas estavam assessorando o Sr. Presidente”, logo, nesta perspectiva, a preocupação dos ministros

militares deveria ser com estes comunistas que estariam por trás da forma de governar apresentada por Jango.

Continua a série de críticas pontuando que “[...] um país desorganizado pelo governo sem vontade, sem consciência e sem rumo [...] contra o peleguismo, contra a anarquia. Suas resistências contra um governo federal infiltrado de comunistas” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.505). Este tipo de argumento era o que sustentava a crítica das direitas que conspiravam contra Jango: o fato do presidente ter em seu histórico, aproximações com setores trabalhistas. Nesta conjuntura, verificava-se uma situação delicada em dois sentidos: tanto pela direita, que se articulavam através de núcleos conspiratórios como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que concentravam frações de classe da burguesia, tendo em vista pontuar ações que procuravam desestabilizar as medidas propostas pelo governo. Por outro lado, as esquerdas também iam construindo suas críticas e pressionando o governo Jango pela incapacidade de atender às demandas propostas por ele mesmo com as Reformas de Base. As falas de Leonel Brizola, que cada vez mais despontava como liderança do PTB, a articulação instalada a partir da Frente de Mobilização Popular, as atuações das Ligas Camponesas. Todos estes componentes iam isolando Jango, que recebia críticas de ambas as posições políticas, até se decidir pelas reformas em 1963.

Vale ressaltar que na fala de Ernani Sátyro, há uma composição retórica que procura desestabilizar o governo Jango. Não apenas isso, mas há um próprio componente de classe em seus pronunciamentos. Enxergava os movimentos sociais como movimentos subversivos. Alegava que o governo federal estava “infiltrado de comunistas”. Isto fazia com que as lutas sociais fossem caracterizadas de “pelegas e anarquistas”. Dizia em outro momento de seu discurso, que

O governo do Sr. João Goulart é isto que nós estamos vendo: governo que não é governo [...] Os fatos são estes: há falta de autoridade, há falta de segurança, há falta de governo. Não sei se Deus estará disposto a nos sustentar tantas vezes. O certo é que se confirmou o prognóstico sombrio de que o Sr. João Goulart não tinha pulso para exercer a Presidência da República [PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 508]

Até a mística que envolve essa relação entre Deus e a política, que frequentemente é aludida pelos políticos como forma de aproximação com determinados credos, tendo em vista a busca pela legitimidade, faz parte do discurso que buscava descreditar o presidente. Àquele momento, a leitura que Ernani Sátyro fazia, e que compunha parte do discurso oposicionista, seguia nessa perspectiva de que “o Sr. João Goulart não tinha pulso para exercer a presidência”. Isto é, havia já um “prognóstico sombrio” traçado pelas mesmas elites desde 1961, quando se impediu que Jango assumisse a presidência. As críticas endereçadas a Jango, tanto movida nas direitas como nas esquerdas, minavam sua forma de governar. Havia a produção de uma crise, arquitetada principalmente pelas elites. Nem que para isso, assumissem explicitamente no Congresso Nacional que “há falta de autoridade, há falta de segurança, há falta de governo”. Com isso, nem permitia que ações presidenciais caminhassem, tendo em vista que os vários setores de classe, perpassando do empresariado ao setor midiático, travassem a possibilidade de governabilidade.

Concluía seu discurso dessa sessão do dia 1º de Outubro, fazendo uma recomendação, e quase traçando o que seria o futuro das esquerdas sob a pressão e vigilância dos movimentos sociais: “[...] As Forças Armadas devem exercer sua ação preventiva, mas agir contra os agitadores, contra os comunistas, contra os desordeiros, contra os grevistas das greves ilegais” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.511).

Quando acontece o golpe civil-militar promovido pelo bloco conservador²⁸, em Março de 1964, Ernani Sátyro já tinha garantido seu ingresso de permanência nas cadeiras do Congresso Nacional. Seus pronunciamentos já demonstravam seu lugar social associado aos componentes que haviam manobrado o golpe. Por isso, não é a toa que no ano seguinte, em 1965,

[...] o movimento militar necessitava de apoio e sustentação, o que se buscou conseguir mediante a formação do chamado Bloco Parlamentar Revolucionário, do qual a UDN era o suporte maior. A presidência desse bloco foi confiada a Ernani Sátyro, que, no ano seguinte, seria eleito para a presidência da União Democrática Nacional. Era ele o dirigente máximo daquele partido quando o presidente Castelo Branco decretou a extinção dos partidos políticos (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 25)

²⁸ Na linguagem “dreifusiana”, este bloco conservador era composto pelo capital multinacional e associado, que através do IPES e do IBAD, articulavam-se, setores como empresariado, latifundiários, Igreja e o imperialismo americano e de outros países.

Com isso, em um período em que os mandatos parlamentares estavam sendo cassados, chama a atenção estes casos de parlamentares que são escolhidos para participar do “Bloco Parlamentar Revolucionário” com vias de proporcionar “apoio e sustentação” aos (des) mandos que eram cometidos pelos militares na execução do poder. René Armand Dreifuss, quando compõe seu estudo relacionado ao golpe civil-militar de 1964, demonstra que após a ruptura constitucional, vários cargos foram sendo distribuídos entre àqueles que estavam na linha de frente da formulação que conspirou contra Jango. Deste modo, Ernani Sátiro, pelas críticas que fez, não apenas ao então ex-presidente, mas também aos movimentos sociais, foi mantido e alçado ao cargo de líder deste Bloco. Iniciava-se neste momento, uma associação que duraria muito tempo.

No terceiro discurso mapeado para composição deste capítulo, intitulado “*A revolução de 31 de Março de 1964 e a Constituição*”, proferido na sessão do dia 1º de Abril de 1964, que em síntese, tratava-se de dar um ar de legalidade ao que estava acontecendo no país. Trazia, no corpo do seu texto, o trecho que intitula este capítulo: “não é possível salvar uma constituição a não ser fazendo-lhe certos arranhões” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 555). O que se provou completamente o contrário à colocação de Ernani Sátiro, tendo em vista que não se tratava de um arranhão, mas de ter sim, colocado na lata do lixo, a Constituição Federal, e com isto consumado, governar praticando arbitrariedades através de atos institucionais.

Em certa medida, o teor desse discurso é apropriado atualmente por uma concepção que busca traçar um revisionismo ao golpe civil-militar de 1964. Senão vejamos: Demian Bezerra de Melo, em seu artigo, *O golpe de 64 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão* elabora uma série de críticas a este movimento revisionista na historiografia brasileira. Um exemplo desta crítica é direcionado à Argelina de Figueiredo, a partir de seu livro *Democracia ou reformas?* Segundo Demian, “Para esta autora, as opções dos ‘atores políticos relevantes’, especialmente do próprio Goulart, ao adotarem um tom radical, limitaram a possibilidade de realização de reformas dentro do arcabouço institucional vigente”. Ou seja, algumas produções mais recentes, que estariam, segundo este autor, no ‘*mainstream* acadêmico’, “desloca o foco de sua explicação da direita civil e militar, do IPES, da Embaixada dos EUA, etc., para co-responsabilizar aqueles que em 1964 foram apeados do poder” (MELO, 2014, p.161).

Ao passar para o discurso de Ernani Sátiro – para que seja possível ir tecendo algumas comparações – encontro esta prerrogativa de que o momento político se deu pela culpa que é colocada a quem foi retirado do poder. Ernani Sátiro inicia seu discurso afirmando que “A indagação mais importante é perscrutar as origens dessas violações constitucionais e indagar quais os atos, quais as atitudes que foram afinal as causas primárias de tudo o que está acontecendo no Brasil” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.551). E onde estaria as origens dessas “violações constitucionais”? Quem foi responsável pelas “atitudes que foram as causas primárias de tudo o que está acontecendo no Brasil”? Àquele mesmo: Jango, o qual neste mesmo momento em que Ernani Sátiro falava, estava “apeado do poder”, como lemos anteriormente na proposição de Demian.

Teria sido o próprio Jango, que segundo Ernani Sátiro, seria responsável pela “obra de solapamento do regime que ele jurou cumprir” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 551). Daí então são elencados os motivos, gerados pelo próprio presidente, que o tinham encaminhado para o descrédito, logo para o afastamento do poder: “deflagraram-se greves ilegais, greves políticas [...] procurou-se parar todas as atividades normais do comércio, da indústria e do campo neste país [...] inclusive violando normas constitucionais” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 551-552).

É possível perceber que neste discurso, Ernani Sátiro vai tomando uma posição firme, conservadora, no mesmo tom em que eram impugnadas críticas produzidas pelos setores midiáticos e empresariais. Elenca os elevados gastos executados pelo governo Jango, afirmando que “Nunca se gastou tanto, nunca se dessangrou tanto o Tesouro, nunca a Petrobras foi tão exaurida nas suas reservas”, mas ao mesmo tempo, enfatiza “nunca o falso nacionalismo se identificou tanto com o verdadeiro comunismo como na campanha do plebiscito no Brasil” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.552). Ou seja, a aproximação do presidente com as esquerdas somada com os problemas econômicos, gerava “subversão constante e permanente” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 554).

Nesta retórica de quem abraça a ruptura do golpe e em certa medida, ia projetando seu lugar nas estruturas do poder, conclui seu pronunciamento colocando que “Mas, benditos arranhões os que porventura forem feitos, porque pior seria a Constituição rasgada, o povo brasileiro humilhado e o comunismo triunfante no Brasil” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.555). Ou seja, reafirma a tese de que a

“revolução” não foi perpetrado apenas ao presidente Jango, mas também às esquerdas, aos movimentos sociais, os quais, já no dia 1º de Abril, Ernani Sátiro anunciava o que viria a acontecer “a primeira coisa que se fará, a primeira coisa que se há de fazer, em momentos como este, é prender, e legalmente, os cabeças, os líderes desses órgãos que pretendam paralisar as atividades normais da nação” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011. p.556-557). Em suma, Ernani Sátiro aumenta o fosso da ilegalidade do golpe com seus pronunciamentos, como ele mesmo afirmou “A prova é que eu ajudei com meus discursos a fazer a revolução” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, 560).

Com estes pronunciamentos, e esta adesão à ditadura civil-militar que o próprio Ernani Sátiro ajudou a construir, garantiu a liderança no Bloco Parlamentar Revolucionário, composto em sua grande medida pelos udenistas que foram protagonistas do golpe. Por outro lado, mesmo quando os partidos foram dissolvidos, para a criação do bipartidarismo, Ernani Sátiro, ainda assim manteve-se aliado a propositura dos generais-militares, ingressando nas fileiras da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). E quando seu quinto mandato findava-se em 1965,

Decidiu, então, não pleitear qualquer cargo eletivo. Sabedor desse fato e tendo por Ernani Sátiro grande admiração – por ser conhecedor dos serviços por ele prestados à nação, como parlamentar aguerrido e consciente de seus deveres –, o presidente Castelo Branco resolveu interferir junto à Arena da Paraíba, exigindo que o “doutor Sátiro” fosse reconduzido ao Congresso Nacional. E assim se fez, com Ernani Sátiro obtendo o seu sexto mandato (PERFIS PARLAMENTARES, 2011 p. 25-26)

Isto é, a eleição de Ernani Sátiro em 1966, segundo consta a colocação feita na biografia política escrita por Flávio Sátiro Fernandes, foi resultado de uma interferência do próprio Castelo Branco, que de forma indireta – e por saber de todos “os serviços por eles prestados à nação, como parlamentar aguerrido e consciente de seus deveres” – o colocou ao pleito para o cargo de Deputado Federal, seguindo na linha sucessória dos generais-presidentes, durante a gestão de Artur da Costa e Silva “de cujo governo Ernani Sátiro foi líder na Câmara dos Deputados” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.26).

Sua atuação parlamentar em defesa do golpe ganhou amplitude, foi lhe garantindo espaços e começou a fazer parte da cúpula militar: “Foi quando, dando-se uma vaga no Superior Tribunal Militar (STM), o presidente Costa e Silva o convidou

para compor aquela corte” (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p.26). Apesar de o convite ter sido feito por Costa e Silva, a nomeação foi realizada por Emílio Garrastazu Médici, em 1968. Nos “anos de chumbo”, quando ocorria a promulgação do Ato Institucional nº 5, Ernani Sátiro ocupava um dos cargos centrais da administração militar, atuando como Ministro na corte do Superior Tribunal Militar²⁹.

Apesar da sua permanência apenas por um ano enquanto Ministro, saindo em 1969, na conjuntura política daquele momento, em que as eleições diretas para o executivo estadual estavam suspensas pela vigência do AI-5, Ernani Sátiro é indicado ao governo do estado. A respeito disso, Flávio Sátiro coloca que

Quando se iniciou o processo de indicação dos governadores pelo Planalto, grande foi a preocupação dos seus amigos e a esperança de seus adversários. Semanalmente saíam as indicações, sem que a da Paraíba despontasse. Enquanto isso, diferentes nomes eram sugeridos pela imprensa como prováveis indicações. Somente em julho de 1970, o presidente Médici anunciou, em um mesmo dia, as últimas indicações: Raimundo Padilha, para o estado do Rio de Janeiro; Rondon Pacheco, para Minas Gerais, e Ernani Sátiro, para a Paraíba (PERFIS PARLAMENTARES, 2011, p. 27)

Isto é, esta escolha que é feita para a ocupação dos cargos do executivo estadual, neste momento, é dada a partir de nomes que estiveram aliados à governabilidade empresarial-militar. Como em sua trajetória, transcorrida aqui em rápidos momentos que buscaram pontuar sua aproximação com o movimento golpista, tendo participado do Bloco Parlamentar Revolucionário, atuando como Ministro do Superior Tribunal Militar, seu nome é viabilizado a partir dos interesses do regime militar, de maneira que seu mandato é projetado objetivando a manutenção do poder hegemônico.

No momento em que é indicado para assumir o governo do estado, passando pela “eleição indireta” da Assembleia Legislativa, e podendo, assim, assumir o mandato da esfera executiva, em seu discurso de posse, fecha questão mais uma vez com o movimento de 1964, argumentando que “Serei fiel à Revolução de 31 de Março de

²⁹ A análise do período em que Ernani Sátiro esteve como Ministro do Supremo Tribunal Militar, problematizando suas decisões e julgamentos, poderá ser feita em trabalhos futuros. Por ora, a reflexão central consiste em discutir como o deputado paraibano esteve no cerne da cúpula militar durante a administração do período mais obscuro da Ditadura Civil-Militar, e como isto serviu de certo modo, como ingresso para ocupar o cargo de governador do estado entre 1970 e 1975.

1964. Quaisquer que sejam os seus erros, ela nos salvou da destruição e do caos” (SÁTYRO, 1994, p.26)³⁰.

Neste sentido, é a partir desses vínculos que foram sendo construídos com o poder hegemônico de classe, que possibilitou que Ernani Sátiro levasse adiante a ideia da construção dos dois estádios na Paraíba. Vale lembrar que a construção das praças esportivas fazia parte de uma política composta através do Plano Nacional de Integração, em que os “elefantes brancos” eram edificados como forma viabilizar a presença dos clubes no Campeonato Brasileiro, criado em 1971.

Outro aspecto que também comporá objeto de futuras investigações será a problematização relacionada ao fato de como e através de quem começou as movimentações para a edificação dos estádios. Em uma entrevista de Germano Cruz, que na primeira metade da década de 1970, foi presidente do Campinense Clube, alega que a iniciativa havia partido de Evaldo Cruz, prefeito de Campina de Grande, em um encontro de prefeitos que havia ocorrido em 1973 em Fortaleza, que naquele momento havia recém-inaugurado “O Castelão”³¹.

Nesta mesma entrevista, é citado o fato do prefeito de Campina Grande, ter procurado o engenheiro que havia projetado “O Mineirão”, em Belo Horizonte. Nesse sentido, desdobra-se outro aspecto pertinente à ditadura civil-militar: a relação estabelecida entre governo e empreiteiras. Para a construção de “O Amigão” e “O Almeidão” foram solicitados os serviços de uma das maiores empresas de projeto utilizando concreto armado, denominada *Serviços de Engenharia Emílio Baumgart Sociedade Anônima (SEEBLA)*, que segundo Pedro Henrique Pedreira Campos, em seu trabalho de doutorado intitulado *Estranhas Catedrais*, aborda que

As mais importantes empresas de projetos de engenharia estavam situadas no perímetro Rio-Sul-Minas, conforme se vê no Quadro 1.8. Uma das mais antigas era a Serviços de Engenharia Emílio Baumgart S.A. (Seebla), fundada em 1926 pelo engenheiro que lhe dá o nome e que é do mesmo tronco familiar dos Odebrecht. Introdutor do concreto armado no país, o mineiro Emílio Baumgart projetou o edifício A Noite, no Rio, o maior em concreto armado no mundo até então, além das obras do Ministério da

³⁰ É importante destacar também, que para este trabalho, não será possível fazer uma análise mais detalhada da atuação de Ernani Sátiro durante o período em que esteve à frente do governo do estado. Será discutida a noção de que os vínculos estabelecidos por Ernani Sátiro durante seus mandatos no Legislativo Federal possibilitaram a construção dos dois estádios.

³¹ Esta entrevista está disponível em: < <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/08/memoria-esportiva-entrevista-com.html#.VzJCNl-cHIU> > Acesso em 5 maio 2016.

Educação e Saúde, a Obra do Berço e outras. Com a morte do fundador, em 1943, a empresa passou a ser conduzida por Artur Eugenio Germann e fez projetos para Reduc, o edifício sede da BR e outras obras (CAMPOS, 2014, p.108).

3.1: “O MAIS DEDICADO OPERÁRIO DA PARAIBA”³²: AS AÇÕES DE CLASSE DURANTE A GESTÃO DE ERNANI SÁTYRO.

Como já foi observado, ao longo da trajetória política de Ernani Sátiro, principalmente na década de 1960, em vários momentos, ele esteve aliado às elites políticas e econômicas do país, principalmente junto àquelas que estiveram no cerne da destituição do presidente Jango. Ser presidente da União Democrática Nacional, depois fazer parte do Bloco Parlamentar Revolucionário e posteriormente, ser escolhido ministro do Tribunal Superior Militar, garantiram margens para que Médici o indicasse ao governo do estado para assumir em 1971.

Por isso, o objetivo deste tópico, consiste em analisar, como a partir de alguns momentos, Ernani Sátiro foi ratificando este lugar de exercício político junto às classes dominantes³³. Neste sentido, o enfoque se centralizará em algumas características gerais, iniciando pelo seu discurso de posse em que reafirmava sua fidelidade à “Revolução de 1964”, perpassando pelo lema que moveu sua atuação política de “construir e humanizar”, percebendo onde que por trás do enredo das grandes obras, havia uma intencionalidade política, mas também econômica; e também como estas características incidem na construção dos estádios na Paraíba.

O primeiro aspecto em que irei me deter com mais detalhe, está relacionado ao discurso de posse de Ernani Sátiro, que baseado na retórica da “tradição e renovação”, consiste numa tentativa política de conciliar os interesses vindos de uma tradição

³² Este trecho em destaque fez parte do discurso do Presidente da Associação Comercial de Campina Grande, em 1975, Francisco Medeiros Nóbrega, proferido no dia 8 de Março de 1975, quando Ernani Sátiro foi condecorado com o título de sócio honorário da Associação.

³³ É preciso destacar também, que este trabalho não pôde ir mais adiante na relação às associações de classe que Ernani Sátiro fora enredando para chegar ao poder, pelo fato de haver uma lacuna historiográfica concernente ao seu mandato. Vários trabalhos historiográficos já colocaram em discussão os mandatos dos governadores paraibanos, como por exemplo, Martha Falcão que analisa o Argemirismo na Paraíba; José Luciano Queiroz que analisa no mestrado a construção do mito em torno de João Pessoa, e na tese, discute a teatralização do poder nos governos de Argemiro e Rui Carneiro; Martinho Guedes dos Santos, que problematiza a interventoria de Anthenor Navarro; Railane Martins de Araújo que coloca em cena a atuação política de Pedro Gondim; Jivago Correia Barbosa que narra o assistencialismo durante o governo de José Américo de Almeida.

oligárquica, e que ao mesmo tempo, buscava uma renovação por via das obras e realizações. Isto é, o que se coloca em bom termo, é que o governo baseou-se numa atuação política atrelada às classes dominantes, longe das proposituras das reformas de base que tanto criticou enquanto Deputado Federal, mas que via no empreendimento das construções, uma forma de criar *lugares de memória* com vias de estabelecer um processo hegemônico, afirmava que

O que cumpre fazer, para efeito de conservar a tradição, é preservá-la de tudo quanto negue uma visão correta da vida. Querem desenvolvimento? Só se pode desenvolver renovando. Querem renovação? Só se pode renovar o que existe. (SÁTYRO, Ernani, 1994, p. 22)

“Renovar o que existe” dentro dos liames de uma modernização conservadora, dialogando com os interesses de uma política controlada pelas elites empresariais e militares. Deu enfoque a dois principais eixos durante o discurso: agricultura e infraestrutura. Sobre a primeira, afirmou que “empregarei todas as minhas energias para melhorar nossa produtividade, a qualidade de nossos produtos, a sua comercialização, a sua industrialização” (SÁTYRO, 1994, p.23). Sobre a segunda, considerava o esforço, pelo que já havia sido feito pelo seu antecessor, João Agripino, mas colocava que “[...] se continua, se conserva, se imagina e se inova” (SÁTYRO, 1994, p. 23)

E quando Ernani Sátyro assumia esta prerrogativa de governo, baseada no “construir e humanizar”, ao fazer um balanço de seu governo, trazia uma reportagem intitulada “1557 Obras”, que trazia os elementos que guiaram a forma de governar, assumindo que

A ação foi a tônica. Construir e humanizar foi o meu lema. A Paraíba andou em tempo de trabalho. Obras mudaram a feição do estado, pela atualidade, pela dimensão social, pelo significado econômico. Quatro anos de trabalho até o último dia. Os edifícios, as estradas, os estádios, as adutoras, são obras que vemos, tocamos e sobre elas caminhamos. São a infraestrutura para que delas brotem e cresçam produtoras [...] Construir e humanizar. Aí está o binômio que inspirou o trabalho político no melhor dos sentidos [...] Polícia para garantir a ordem e a liberdade. (*Diário da Borborema*, Caderno especial 01 mar. 1975).

É preciso pôr em relevo à própria constituição argumentativa do governador. Por

três vezes, a palavra trabalho é evocada para produzir um efeito de realizações, de atribuir ação junto ao que havia sido realizado. Consiste nas várias produções de *lugares de memória* que tem além de um aspecto funcional, também possui uma carga simbólica visto que são obras que “vemos, tocamos e sobre elas caminhamos”.

Outro aspecto que é importante notar é o espaço que os periódicos iam produzindo em sintonia de concordância, e até mesmo de propagandear essas ações políticas de Ernani Sátiro. Na primeira edição do *Diário da Borborema* de 1975, um caderno especial chamava atenção pela seguinte manchete: “Paraíba 75. Mais de 1 Bi em 4 anos”, e apontava para as obras “mais simpáticas realizadas pelo governador. Dentre elas, estava a construção dos estádios. Neste sentido, é preciso destacar que os jornais analisados, iam produzindo um lugar de legitimidade por aquilo que era promovido pelo governo do estado.

Voltando aos estádios, volta e meia as publicações iam ganhando espaço nas páginas dos jornais. A poucos dias da inauguração, um panfleto da SUDEPAR, reproduzido pelo *Jornal da Paraíba*, chamava atenção pelo título “O Amigão é seu”, em seu conteúdo, a seguinte mensagem

No dia 8 de Março, será inaugurada a PRIMEIRA ETAPA do seu estádio, O Amigão, nesta cidade. Foi uma conquista sua. Um gol de letra do seu amor à Campina. Sua voz unida as vozes de outros e seu desejo poderosamente conscientizando fizeram eco junto ao Governo do Estado, onde um amigo da comunidade campinense, o governador Ernani Sátiro, enfrentando sacrifícios e críticas topou a parada e veio ao encontro da sua reivindicação. O estádio portanto, é seu. E de mais ninguém. Compete a você defendê-lo e apoiá-lo e sobretudo, cerca-lo de otimismo. Quando você comparecer à inauguração de sua PRIMEIRA ETAPA, a 8 de Março, vai observar que muita coisa foi feita: vai sentir que a promessa pública do governo do estado, o compromisso assumido com você e particularmente a esperança de Campina Grande ingressar esportivamente no cenário nacional, tudo isso está argamassado em cimento e aço desafiando o futuro. Depois disso, é tocar pra frente. A conclusão virá normalmente. O que é preciso é que você tenha sua fé inicial. Sem desânimo. Sem pessimismo. Na raça. Com a conhecida garra campinense, pois cada voz isolada canta a todas juntas fazem coro. A 8 de Março você e sua família comparecerão AO AMIGÃO – quaisquer que seja sua preferência esportiva, impõe-se uma condição fundamental à sua consciência torcer pelo time ESTÁDIO DE CAMPINA GRANDE F.C. Um marco indestrutível erguido sobre seu destemor, a sua solidez e coragem de reivindicar. A exemplo do futebol total, vamos também praticar a ESPERANÇA TOTAL e 8 de Março, todos em campo para ver os desfiles, às bandas de música, às alegrias, aos aplausos a ERNANI SÁTIRO, que foi fiel a si mesmo, sendo fiel à Campina Grande. (*Jornal da Paraíba*, 6. mar. 1975).

Em síntese, desperta a uma leitura mais atenta, a retórica que é elaborada para convencer o público para que comparecesse ao jogo. Nem que para isso fosse preciso utilizar o tom imperativo: “A 8 de Março você e sua família comparecerão ao Amigão”. Afinal de contas, segundo o jornal, havia sido uma conquista do povo, que um “amigo da comunidade”, “enfrentando sacrifícios, topou a parada” de construir os estádios. Chama atenção, o fato de se colocar a data da inauguração por quatro vezes em uma única nota. De afirmar que estava sendo inaugurada a primeira parte das obras, tendo em vista que estavam incompletos. E se houvesse dúvidas sobre a capacidade dos estádios, a nota recomenda “é preciso que você tenha sua fé inicial. Sem desânimo. Sem pessimismo. Na raça”. Pois, todos estavam torcendo pelo “ESTÁDIO DE CAMPINA GRANDE FUTEBOL CLUBE”.

No entanto, é preciso contextualizar que no momento de construção e inauguração dos estádios, o país começava a contar com uma diminuição econômica em função da Crise do Petróleo em 1973, tendo em vista que grande parte do petróleo utilizado no país vinha a partir de exportações. A partir de 1974, a inflação começou a marcar o índice de 34,5%. No começo do mandato de Ernesto Geisel, os indicadores econômicos apontavam para um déficit econômico, fazendo com que o Conselho de Desenvolvimento Econômico fosse criado. E se os “golpistas se aproveitaram da crise econômica para derrubar Goulart, mas em fins dos anos 1970 o apoio ao regime militar perdeu suas bases sociais também por conta da crise” (NAPOLITANTO, 2014, P.171). Neste período, os sonhos do *Milagre Econômico* começavam a se esfacelar, tendo em vista a queda nas taxas de crescimento, o aumento da inflação, a concentração de renda exorbitante, vai fazer com que a Ditadura Civil-Militar, vá procurando novas formas de *reinventar o otimismo* e é partir dessa política de tentar reestabelecer a econômica que se enreda a construção dos estádios paraibanos em consonância com as grandes obras faraônicas da Era Geisel.

Outro aspecto que é importante pontuar, é que se um governo ao longo de sua gestão promove 1557 obras, outra pergunta vem à tona: quais as empreiteiras que atuaram durante a gestão do governador Ernani Sátiro? Tentando mover uma resposta a essa pergunta a partir dos periódicos, é possível estabelecer alguns aspectos. Como expus no tópico anterior, a empresa que projetou os estádios paraibanos, foi a SEEBLA, que, composta pela família de Emílio Baugmart, fazia parte de um tronco da *Odebrecht*, que na época da Ditadura Civil-Militar, ambas tiveram significativa atuação. Assim, a

empresa mineira, dos *Baugmart*, assim se colocava em reportagem do *Diário da Borborema*

Com estes dois projetos a empresa completa quatorze projetos de estádios e conjuntos esportivos, nos quais participou total ou parcialmente [...] Com estes dois estádios a SEEBLA completa cerca de 2500 projetos executados ou em execução [...] Entre elas, destacam-se: o Terminal Açucareiro de Maceió, o estádio “Albertão” em Teresina, e as pontes rodo ferroviárias para a Estrada de Ferro Carajás-Itaqui. (*Diário da Borborema*. Caderno especial. 9 mar. 1975)

Uma das empresas responsáveis pela construção do estádio “O Amigão” denominada *PECAL – Engenharia Ind. e Com. LTDA*, ao término das obras, endereçava ao governador Ernani Sátiro a seguinte mensagem:

Porém, em toda grande realização existe sempre a presença de uma pessoa, que a consideramos como base primordial de tal evento. Governador Ernani Sátiro. Se é que essa obra merece realmente o reconhecimento de todos os campinenses, vejam na pessoa de seu governador acima de tudo, a força maior deste acontecimento. (*Diário da Borborema*, 9 mar. 1975)

Outra empresa responsável pela obra em Campina Grande, a *CONE – Companhia Nacional de Engenharia*, também presente na mesma edição, trazia seus agradecimentos: “Muito obrigado... Ao Governador Ernani Sátiro, pela entrega dessa grande obra, a Campina Grande e por todo esforço e apoio com que sempre esteve ao nosso lado como estímulo constante” (*Diário da Borborema*. Caderno Especial. 9 mar. 1975).

A empresa responsável pela obra em João Pessoa, *ENARQ – Engenharia e Arquitetura LTDA*, que também tinha atuações nos estados de Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, trazia em sua página de agradecimento, desta vez no *Jornal O Norte*

Agora, com a construção do Estádio Ministro Ernani Sátiro, a ENARQ – Engenharia e arquitetura Ltda. mostrou que é realmente a maior em matéria de construção na Paraíba, em matéria de construção na Paraíba. Depois de realizar importantes obras como as Estações de Tratamento D’Água e Esgotos de João Pessoa e Patos, Mercado Público do Bairro dos Estados, e a via expressa Miguel Couto, faz agora um gol de placa construindo o Satyrão, antigo sonho dos paraibanos. (*Jornal O Norte*, 9 mar. 1975)

Ao visualizar essas reportagens, notas de agradecimento dirigidas ao governo do estado, em um momento em que as empreiteiras estavam a todo o vapor em diversos projetos³⁴; estas relações demonstram as associações de classe que foram sendo enredadas pelos gestores durante o período em vigência da Ditadura Civil-Militar.

Com isto posto, e de certo modo, ciente de que será possível ampliar os pormenores dessas relações entre as frações de classe dominante com o Estado, alçadas ao nível do governo do estado da Paraíba durante o governo Ernani Sátiro, em outros trabalhos e reflexões, é preciso discutir um último movimento dessas associações, ocorrido no dia 8 de Março, quando Ernani Sátiro recebeu o título de Sócio Honorário da Associação Comercial Campinense.

Na ocasião, o presidente da Associação Comercial na época, Francisco Medeiros Nóbrega, justificou os motivos pelos quais tal honraria era concedida ao governador. No tom da retórica soava um eco estridente de agradecimentos, pois segundo tal presidente, antes de Ernani Sátiro assumir o governo do estado, a “cada dia que passava aumentava o número de prédios vazios na principal rua do comércio de todo o interior do Nordeste [...] chegando ao número de 40 estabelecimentos desocupados, trazendo prejuízos vultuosos” (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975) Por isso, o cenário econômico é descrito com negatividade, tendo em vista que nos primeiros anos da gestão de Castelo Branco “[...] o Estado brasileiro se reforçava como uma grande agência reguladora e normativa das relações socioeconômicas no plano fiscal, monetário e trabalhista, visando otimizar a expansão capitalista” (NAPOLITANO, 2014, p.155). Nesse sentido, talvez o presidente da Associação Comercial, estivesse lembrando-se deste momento inicial da Ditadura Civil-Militar, em que houve um controle de gastos e investimentos, que no governo Costa e Silva, assumiria outra propositura baseado no “Projeto Brasil Grande Potência”.

Seguindo no discurso do presidente da Associação Comercial, a salvação: “[...] já consciente das verdadeiras causas do desânimo da cidade, fez V. Excia, várias proclamações de fé na capacidade de reação dos Campinenses” (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975). Na concepção do presidente da Associação Comercial, criava-se uma relação entre Campina Grande e Ernani Sátiro, que após a construção da “[...] nova

³⁴ Sobre este aspecto da relação entre a Ditadura Civil-Militar com as empreiteiras, o livro de Pedro Henrique Pedreira Campos, denominado *Estranhas Catedrais*, discute estas formações a partir de uma perspectiva gramsciana, em que forma-se um bloco econômico, em que se alia frações de classe do setor das empreiteiras com o Aparelho de Estado.

adutora, [Ernani Sátiro], passou a fazer parte ao lado de três grandes brasileiros que participaram de maneira extraordinária para matar a sede de Campina” (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975)³⁵. Assim, o governador se situava no mesmo patamar de Argemiro de Figueiredo construtor de Vaca Brava; José Américo de Almeida, que construiu a barragem de Boqueirão; e Juscelino Kubitschek que criou a adutora de Boqueirão. Construía-se uma tríade linear do progresso.

Nesse sentido, o título simbólico para essa associação de classe, é justificada, sobretudo pelas “[...] obras aqui edificadas, e as que estão em edificações, foram sem dúvida a razão que levou esta Casa, em Assembleia Geral, aceitar por unanimidade [...] de conferir a V. Excia, o título de Sócio Honorário” (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975). Deste modo, o “operário mais dedicado da Paraíba” recebia o título que configurava em termos simbólicos a formação de uma aliança de classe.

Certamente, o dia 8 de Março de 1975, deve ter ecoado por muito tempo nas lembranças de Ernani Sátiro, pois se de tarde estava encenando a teatralização do poder para o povo no estádio “O Amigão”, à noite, estava formando os vínculos de classe nos bastidores, em uma cerimônia solene para poucos convidados. Simbolismos diferentes. Um construído para o povo; o outro para uma fração de classe dominante. Chegou a hora de ver como foi a teatralização do governador nos estádios.

³⁵ No livro *Obras e realizações do Governo Ernani Sátiro*, lançado em 1974, enumera, uma a uma, as 1557 obras construídas durante o mandato de Ernani Sátiro. A segunda maior construção apontada no livro é: “II Adutora de Boqueirão”, inaugurada em 11 de Setembro de 1973.

4. “O ÚLTIMO PASSO PARA ENTRARMOS NA HISTÓRIA”³⁶: A CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS (“O AMIGÃO” E “O ALMEIDÃO”) COMO FORMAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIAS E DO TEATRO DO PODER

Neste tópico, abordarei como as construções dos estádios na Paraíba podem ser problematizadas como formações de *lugares de memória*, no sentido de que as praças esportivas serão consideradas como “lugares onde as memórias se cristalizam e se refugiam” (NORA, 1993, p.7). Por isso, entrará em campo análises que buscam discutir como os estádios cristalizaram memórias relacionadas ao poder hegemônico do governo estadual pela gestão de Ernani Sátiro: na medida em que receberam nomes relacionados ao governador (“O Amigão” e “O Satirão”), bem como no dia inaugural, projetou-se uma encenação arquitetada para associar o espaço a Ernani Sátiro. Dessa forma, memória, poder e futebol foram colocados para jogar juntos neste capítulo.

Antes de adentrar no que seria a definição de um *lugar de memória*, assim como este conceito pode ajudar a problematizar a construção dos estádios paraibanos, é preciso considerar outra pergunta: como e a partir de qual momento, as sociedades passaram a ter vontade de construir ou de produzir tais *lugares de memória*?

Inicialmente, memória e história têm proposições distintas. Isto é, a “memória não existe mais” devido à “aceleração da história” (NORA, 1993, p.7) causada pela modernidade a partir de seus processos de industrialização, colonização e a independência de novas nações, gerando uma série de irrupções no campo da memória, fazendo com que as “sociedades - memória” e as “ideologias – memória” fossem colocadas à prova em um momento dominado pela “película efêmera da atualidade” (NORA, 1993, p. 8). A memória resguardaria os valores das sociedades tradicionais, como um fio condutor que levaria seus partícipes, ao tempo das origens, do mito, dos heróis.

Essa proposição de memória foi rompida pela história. Diante da celeridade dos acontecimentos, dos fluxos e das pessoas, onde tudo passa a ser “vestígio e trilha” (NORA, 1993, p. 8), tornou-se necessário construir *lugares de memória* para refugiar os sinais que estão ligados à tradição e ao passado. Portanto,

³⁶ Este é o título da nota de agradecimento emitida pela Diretoria do Campinense Clube, que circulou no Diário da Borborema, no dia da inauguração do estádio em Campina Grande, no dia 8 de Março de 1975.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, **aberta à dialética da lembrança** e do **esquecimento**, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e **manipulações**, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A história é uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9. Grifos meus)

Por isso, para este autor, a memória quase sempre está associada à tradição, ao mito, às formas de ensinamento que privilegiam o saber construído em comunidades, “emergindo de um grupo ela une” (NORA, 1993, p. 9) Nesse sentido, a memória passa a ser (re)produzida a partir de um elo entre o passado e o presente, que pode estar submetida aos “usos e manipulações” daquilo que se deseja lembrar, ou se fazer lembrar, que emerge na lembrança, ou se silencia no esquecimento.

Por outro lado, a história é considerada como uma “reconstrução problemática do que não existe mais”, é científica, portanto, procura alinhar os fios da memória a fim de realizar registros, criticar, problematizar a partir da operação historiográfica. Essas características colocam memória e história em espaços diferentes. É por esta assertiva, que as sociedades modernas, compulsivas pelos escritos históricos (principalmente se considerarmos a história produzida no século XIX, que dá o tom para formações nacionalistas a partir de um passado ufanista, célebre aos “vultos históricos”) vão criando novas formas de lidar com a memória, pois, com a escassez das “sociedades-memória” onde havia um costume para a transmissão de valores, regras, família ou Estado (NORA, 1993, p.8); é preciso reconstituir o passado com as narrativas da história.

É sob esta tensão em que se situa a produção de *lugares de memória*, uma vez que, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p.9). Por isso, estes espaços de memória, buscam “fazer lembrar” algo, ou algum acontecimento. Pensando nestes termos e como essa leitura se aproxima do que estou problematizando, considero que os estádios construídos em 1975, tornam-se passíveis de discussão sob os termos de um *lugar de memória*, tendo em vista que, por sua concretude, seus espaços, pelos gestos (políticos) que os compõem, suas imagens (associadas à modernidade) e os objetos que os cercam, traduzem a vontade de, através

desses espaços de prática esportiva, concretizar na lembrança dos que vivenciaram este acontecimento, uma forma de lembrar e associá-lo ao poder de Ernani Sátyro e a ordem ditatorial vigente, pelos ideólogos do regime, lembrada como a “revolução de 64”.

Adentrando nos pormenores do arcabouço conceitual que define a proposta de problematizar os espaços como *lugares de memória*, Pierre Nora, propõe três dimensões essenciais que formulam estas produções, portanto,

O que são lugares de memória? “São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente em graus diversos... Os três aspectos coexistem sempre” (NORA, 1993, p. 21)

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno grupo uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21 – 22)

Nesse sentido, como pensar os estádios a partir das perspectivas: material, simbólica e funcional? Em relação ao aspecto material, consiste em perceber que a própria estrutura física das praças esportivas junto ao seu conteúdo demográfico, isto é, um espaço produzido – tanto para viabilizar a entrada dos clubes paraibanos no Campeonato Brasileiro – para receber os espectadores dos jogos de futebol. Esse conteúdo demográfico, estando associado à dimensão funcional, cria os espaços de lembrança, permitindo uma “cristalização e transmissão” da realização que se deseja fazer lembrar. E por último, a construção dos estádios (materialidade dos espaços), que permite a “cristalização da lembrança” (funcionalidade) encontra o aspecto simbólico, que a partir do acontecimento, da experiência vivida pelos que estavam presentes no momento da inauguração das praças, possibilita a formação de um *lugar de memória*. Logo, é nesse espaço simbólico em que se inscreve o ritual. Isto por sua vez, permite compor uma aura investida pelo poder, que através do acontecimento, busca produzir na memória dos presentes e espectadores, uma associação entre a materialização e a representação do poder.

Trazendo esses aspectos conceituais levantados acima e analisando-os em termos documentais, vale a pena destacar, na íntegra, uma nota de agradecimento elaborada pela “torcida e diretoria” do Campinense Clube,

HOJE O ÚLTIMO PASSO PARA ENTRARMOS NA HISTÓRIA

Para nós, nossa torcida, e desportista de toda a Paraíba, **hoje entramos definitivamente na história do Futebol Brasileiro.**

Enfim, uma alegria delirante para Campina Grande. Um momento em que toda sua história, ficará gravado, como algo de **imortal**, retratando a **presença desse povo**, numa obra em que outras épocas foi seu maior sonho, porém, hoje, é realidade.

Por mais “louros” que prestemos ao principal veículo dessa realização, GOVERNADOR ERNANI SÁTYRO, são demasiadamente poucos, diante de uma obra que será toda a história Campinense, dentro das “grandes realizações”.

Pena, que o tempo seja algo tão insensível. Sempre nos arrebatando os nossos principais valores, nossas principais recordações.

Mas aqui deixamos registrado todo o nosso sentimento. Prova uma retribuição amorosa a quem tanto pensou em Campina Grande.

O tempo passará, mas essa obra que hoje inauguras, mostrará a vossa coragem de realização. Não tão somente da vossa coragem, como vosso sentimento humano e progressista.

Torcida e Diretoria

Campinense Clube. (*Diário da Borborema*, 8 mar. 1975. Grifos meus)

Desta maneira, as inaugurações dos estádios vão sendo retratadas como o “último passo para entrarmos na história do futebol brasileiro”. Um acontecimento que marcado pela “presença desse povo” tornava-se “imortal”. Construía-se um espaço que nem mesmo as marcas do tempo, “algo tão insensível”, que por vezes busca “romper as recordações”, desta vez não trairia as lembranças dos desportistas que os presenciaram, pois mostrariam a “vossa coragem de realização”, pelo “sentimento humano e progressista”. Sem sombra de dúvida, essa mensagem de agradecimento da diretoria do Campinense Clube, tratava-se de um elogio, de uma saudação, uma articulação entre poder e futebol, que feito nos bastidores, no “vestiário”, aproveitava para associar a torcida ao governador.

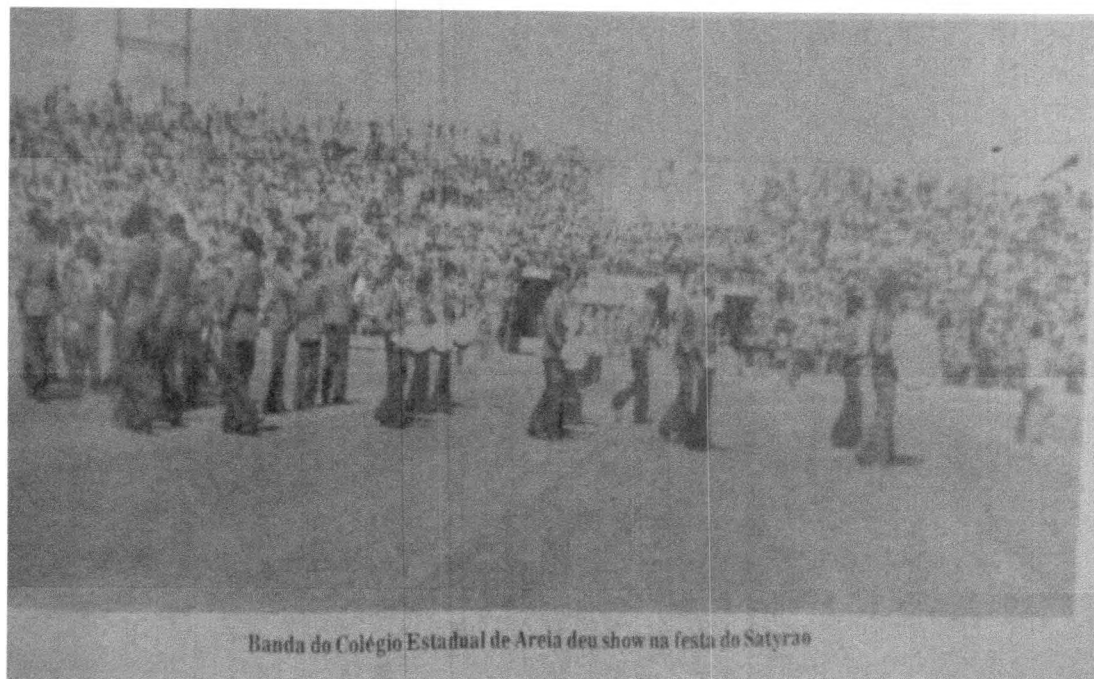
Na problemática que estes termos conduzem, percebe-se a presença dos elementos que formulam os *lugares de memória*: material, funcional e simbólica. A materialidade exposta através da própria construção, mas, sobretudo com a “presença desse povo”, ou seja, a dimensão demográfica concentra em si o aspecto material. A funcionalidade, isto é, a cristalização da lembrança, que se dá tanto pela concretização

do espaço, mas também, pela sua transmissão, pode ser vista articulada ao poder, uma vez que “mostrará a vossa (menção à Ernani Sátiro) coragem e realização”. Ademais, é simbólica, tanto pela forma com que as solenidades de inauguração foram organizadas, em que se colocava como personagem principal, o governador que iria sair do exercício de seu mandato há uma semana, mas que ao mesmo tempo, inaugurava uma das maiores realizações do futebol paraibano: a entrega de duas praças esportivas em dois dias consecutivos.

Portanto, percebo que as publicações dos jornais permitem vislumbrar a articulação de poderes associados aos *lugares de memória*. A reportagem trazida acima, escrita pela diretoria do Campinense Clube, foi veiculada em caderno especial no *Diário da Borborema*, que como vimos, é exposta em tom de agradecimento ao Governador Ernani Sátiro, permeada por uma série de termos que elogiam tal realização, traçando um esboço da associação que havia entre política e o futebol naquela época. Aliás, uma estreita relação entre os dirigentes dos clubes e os mandatários do poder. Neste caso em específico, da diretoria do clube rubro-negro, no momento em que assinaram a reportagem como “torcida e diretoria”, por sua vez, como uma forma de criar este mesmo tom de entusiasmo e agradecimento, entre torcida e governo, apelando para uma retórica, ao versar que nem mesmo os “mais ‘louros’ [isto é, agradecimentos] que prestemos ao principal veículo dessa realização GOVERNADOR ERNANI SÁTIRO, seriam demasiadamente poucos [...] a quem tanto pensou em Campina Grande”.

Por isso que os estádios construídos em 1975, além de estarem problematizados como *lugares de memória*, estão articulados com o poder político. E como o próprio *teatro do poder* está em cena, ou melhor, em campo, começo a destacar a simbologia que reveste o próprio acontecimento, visto que “Só é lugar de memória, se a imaginação o investe de uma aura simbólica... Só entra na categoria se for objeto de um ritual” (NORA, 1993, p.21). E quando abordo este aspecto da “aura simbólica” e do “ritual” que estão imbricadas na composição dos *lugares de memória*, trazendo para o espaço da festa de inauguração, as imagens e reportagens dos jornais da época mostram que o ritual foi planejado e arquitetado com antecedência pela Superintendência dos Estádios da Paraíba (SUDEPAR).

Imagem 2: Banda do Colégio Estadual de Areia na inauguração do “Almeidão”



Fonte: Jornal *O Norte*. 11 mar. 1975.

Imagem 3: Ernani Sátiro hasteia a bandeira na inauguração do “Amigão”

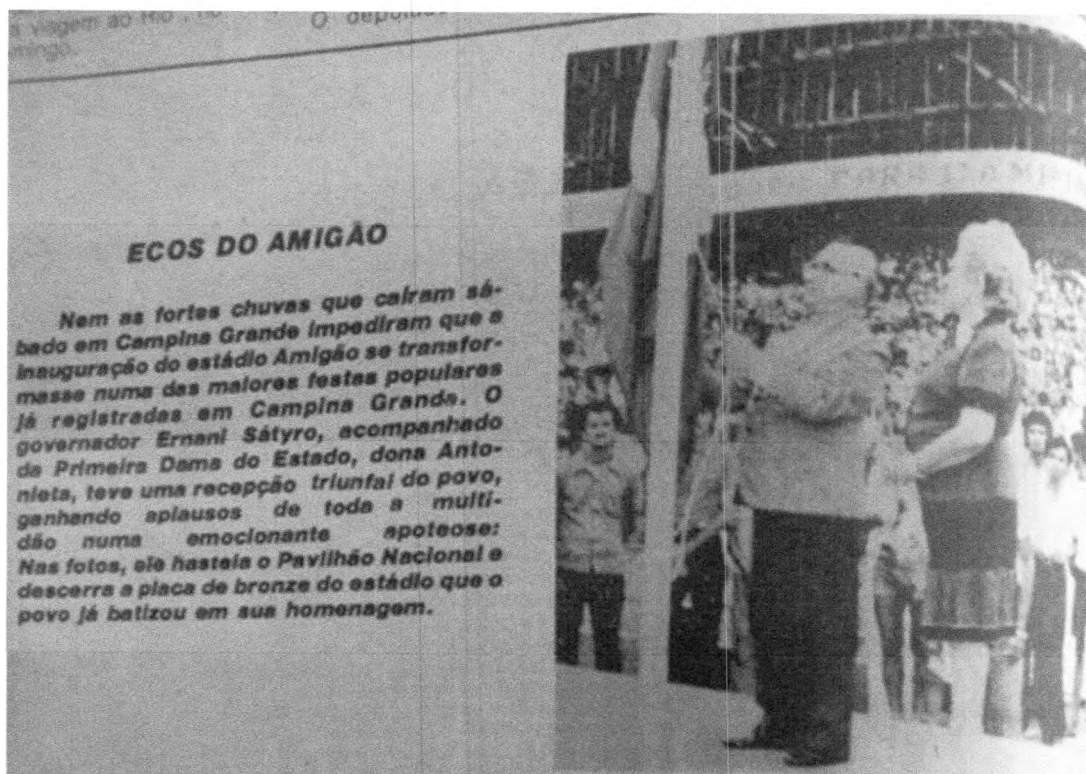


Imagem 3. Fonte: Jornal *A União*. 9 mar. 1975

Ao visualizar essas imagens, discuto que os elementos presentes no conteúdo das fotografias, compõem um cenário arquitetado como parte de um *teatro do poder*. Esta dimensão teórica proposta por Edward Palmer Thompson³⁷ (1998), problematiza uma série de ações políticas da elite inglesa nos séculos XVII e XVIII, demonstrando como o campo cultural era utilizado e encenado pelos setores aristocráticos, como forma de construir seus alicerces para uma *hegemonia* de classe. Ademais, destaca que este teatro faz parte de um

Estilo hegemônico estudado e elaborado, um papel teatral que os poderosos aprendiam na infância e desempenhavam até a morte. E se falamos desse desempenho como teatro, não é para diminuir sua importância. Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro. Uma vez “estabelecido” um sistema social, ele não precisa ser endossado diariamente por exibições de poder (embora pontuações ocasionais de força sejam feitas para definir os limites de tolerância do sistema). O que mais importa é um continuado estilo teatral. (THOMPSON, p. 48, 1998).

Com isto, quando abordo o aspecto do ritual, que compõe a “aura simbólica”, mas aproximo o termo para o acontecimento das inaugurações, as quais envolveram uma *teatralização do poder*, visto que houve uma preparação, composto pela elaboração de um roteiro que fora pensado para que se projetasse a imagem de poder do governo Ernani Sátiro como principal ‘jogador’ em campo, demarcando assim um “continuado estilo teatral” de suas ações durante o acontecimento.

E quando destaco o aspecto da preparação, do planejamento e da encenação, é preciso ressaltar que os jornais, às vésperas das inaugurações, já veiculavam que a “SUDEPAR elaborou programa para o estádio da capital” que traziam a seguinte notícia:

A SUDEPAR já aprontou toda a programação que será cumprida amanhã, por ocasião das solenidades de inauguração do Estádio Ministro Ernani Sátiro, em João Pessoa, que será encerrada às 15,30 horas, com a partida entre Botafogo de João Pessoa e alvinegro da Guanabara.

O governador Ernani Sátiro chegará ao estádio às 15 horas e em seguida fará um **discurso**, entregando a obra aos pessoenses. Logo depois, o arcebispo Dom José Maria Pires celebrará **Benção Litúrgica do Estádio**. As 15,30 o governador Ernani Sátiro **dará o pontapé inicial da partida** entre Botafogo de João Pessoa e Alvinegro Carioca.

³⁷ Thompson fala de teatro do poder e contrateatro da multidão inglesa do século XVIII, demonstrando que a hegemonia é relativa e, portanto, aberta ao confronto. No caso do objeto dessa monografia, não pude constatar nas fontes, exemplos de contrateatro para o período do governo Ernani Sátiro.

[...] Os dirigentes da Defesa, firma que fez o gramado do Estádio Satyrão, colocarão em disputa a **Taça Ministro Ernani Sátiro, que será entregue ao vencedor da partida inaugural** do Estádio.

Já a ENARQ, firma responsável pela execução das obras de construção do Estádio **premiará cada jogador das duas equipes com medalha de prata, sendo também entregue uma placa de prata ao árbitro Antônio Toscano, que dirigirá a partida. Seus auxiliares receberão medalhas de prata.**

[...] Será prestada uma homenagem póstuma ao operário que faleceu durante a construção das obras. (*O norte*, 8 Mar. 1975. Grifos meus)

Colocando em diálogo as possibilidades de leituras a partir da reportagem do Jornal *O Norte*, cruzando com as imagens, é possível tecer considerações sobre as formas como o poder foi sendo encenado. Vários aspectos do “ritual” chamam a atenção: o primeiro, é que a cerimônia de inauguração começou parecendo um desfile cívico, visto que as bandas da Polícia Militar e do Colégio Estadual de Areia participaram dando o som para o desfile dos clubes amadores e de escolas. Ernani Sátiro, ao chegar ao estádio junto com sua família, foi descerrar a placa de inauguração onde discursou, “entregando a obra aos pessoenses” que foi batizada pelo bispo Dom José Maria Pires, e indo até o gramado, junto à sua esposa hasteou a bandeira do estado. Posteriormente, foi em direção ao centro do campo onde deu o pontapé inicial da partida. Quando a bola parou de rolar, às premiações: a Taça Ministro Ernani Sátiro para o vencedor (neste caso, em Campina Grande, o jogo foi 0x0, ou seja, não houve entrega do troféu, mas no segundo jogo, o resultado de 3x1 para o Botafogo do Rio de Janeiro, garantiu o a taça ao clube carioca), e todos os jogadores, além do árbitro da partida, receberam suas premiações. E por fim, uma homenagem (no entanto, o texto do jornal não esclarece de qual forma seria procedido o ato) ao funcionário que faleceu durante a execução das obras.

Imagem 4: Ernani Sátiro na festa de inauguração do “Amigão”.



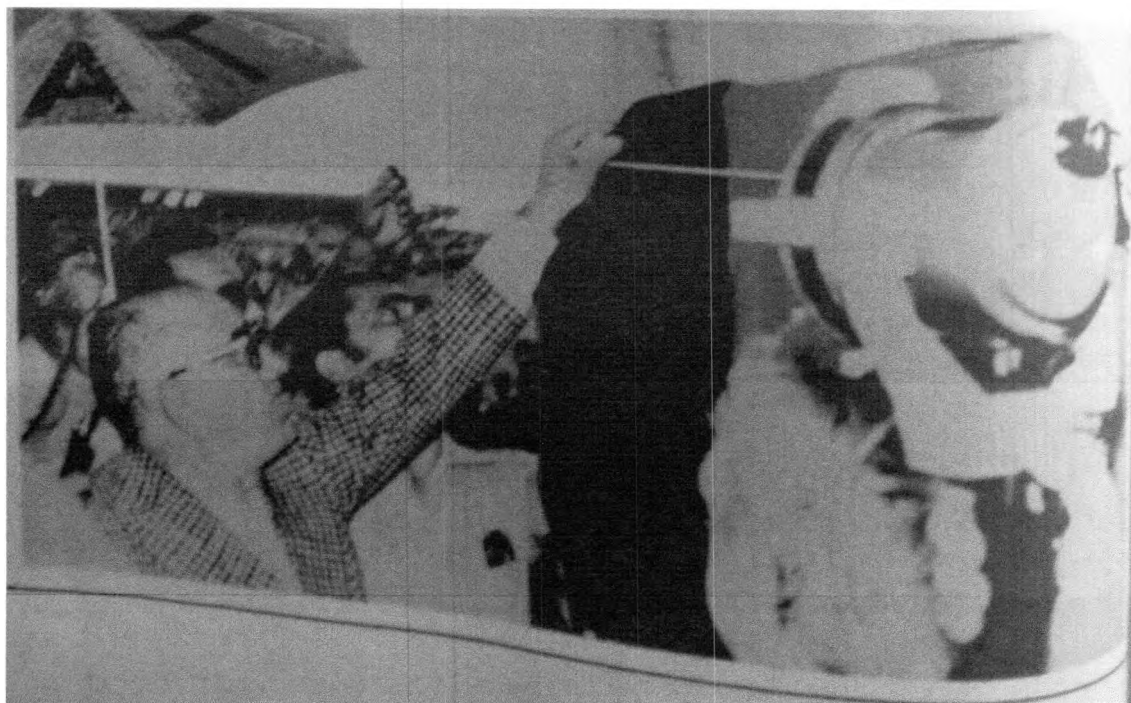
Fonte: Jornal A União, 9 mar. 1975.

Imagem 5: Ernani Sátiro dá o pontapé inicial na partida de inauguração em João Pessoa.



Fonte: Jornal A União, 11 mar. 1975.

Imagem 6: Ernani Sátiro descerra a placa de inauguração do estádio “O Amigão”.



Fonte: Jornal *A União*, 9 mar. 1975

Em vários momentos da história do futebol, como já vimos, a relação entre poder e esporte muitas vezes se entrecruzam e vão criando espaços de legitimidade e proximidade com a sociedade. De certo modo, ainda ecoava a imagem de Emílio Garrastazu Médici, que também buscava produzir uma imagem de proximidade com o público, através de suas aparições no Maracanã, portando sempre o rádio de pilha e acompanhado com sua esposa. Em uma outra proporção e outro contexto, Ernani Sátiro também busca construir essa proximidade e legitimidade se valendo da ampla política de construção dos estádios, aproveitando-se para edificar as praças esportivas. Além disso, sua presença, arquitetada para ser a figura de principal ‘jogador’ em campo, acompanhado da benção religiosa do bispo, coroada com as premiações de troféus, medalhas e placas, criaram o cenário de um palco, em que a teatralização do poder esteve em cena.

Continuando a pensar estádio como um *lugar de memória*, em que “aura simbólica” reveste o ritual que compõe a fabricação desses espaços. Há também uma característica importante, que é pontuada por Pierre Nora, relacionada aos

[...] lugares dominantes aos lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e

triunfantes, imponentes e geralmente impostos, que por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. (NORA, 1993, p. 26)

Esta é mais uma das dimensões relacionadas aos espaços de memória que envolve, sobretudo, o poder político. E neste exercício de reflexão, embora considere que os estádios, consistam em locais elaborados para a recepção de grandes públicos, é preciso perceber que a sua produção está ligada a uma dimensão funcional, ou seja, a “cristalização da memória”, articulada com as estruturas de poder ao qual está vinculada. Com isso, os estádios também passam a ser compreendidos a partir dessa perspectiva dominante, por terem sido pensados e sido postos em execução por estruturas do bloco dominante, constituindo um espaço nomeado com o representante do chefe do executivo estadual, isto é, Ernani Sátiro, apelidados de “O Amigão” e “O Satirão” - isto é, antes de ter tido o nome alterado, no caso do estádio de João Pessoa.

Em campo, poder, memória e futebol jogaram a mesma partida. No entanto, para além desses aspectos, houve mais um componente: aquele que acontece após uma prorrogação no jogo: os pênaltis, onde todos ficam aflitos e há um afloramento das tensões. Este componente será analisado no próximo item, que são as batalhas de memória.

4.1: “A QUASE TRAGÉDIA” (?) AS BATALHAS DE MEMÓRIA E OS SILENCIAMENTOS NAS INAUGURAÇÕES DO “AMIGÃO” E “ALMEIDÃO”.

Alarme falso quase transforma festa de inauguração do Satyrão em tragédia

O estádio estava lotado. Bandeiras, charangas, batucadas e 20 mil pares de olhos que acompanhavam o ritmo do jogo numa ansiedade contrita. O placar final pouco importava. O que o povo desejava e estava assistindo era o espetáculo da inauguração do campo. [...] De repente, aos 44 minutos, estoura parte do lado esquerdo da arquibancada leste, geral do Satyrão. Ninguém entendeu no início do que se tratava. [...] Em apenas 30 segundos dez mil pessoas passaram a correr loucamente, numa única direção – o campo aberto embaixo. No pânico gerado não se respeitava o semelhante; o que valia era salvar a si mesmo; acima de tudo, a segurança pessoal foi colocada em primeiro plano [...] No setor das gerais o pânico continuava enquanto um precário sistema de som iniciava uma série de avisos pedindo para que todos voltassem à calma, mas quase ninguém da arquibancada sinistrada ouvia, ou se ouvia, não queria entender. Ai aconteceu o pior: a multidão teve que parar impedida pelo gradil de ferro e o profundo poço que separa a arquibancada do campo. Os gritos se multiplicaram e o pânico aumentou. Assombradas e com o medo da morte que julgavam que viesse

com o desabamento, centenas de torcedores começaram a pular para o fosso, caindo uns sobre os outros, ferindo-se e ferindo seus companheiros (*Diário da Borborema*. 11 mar. 1975)

Naquela tarde de 9 de Março de 1975, do lado leste da arquibancada (conhecida atualmente como “geral”) do estádio “Satirão” (hoje “O Almeidão”), algo fugia do controle e da festa que havia sido planejada pela SUDEPAR. Nesta reportagem acima do *Diário da Borborema*, o início da tragédia é descrito que “Em apenas 30 segundos dez mil pessoas passaram a correr loucamente”, quando o pior aconteceu: “a multidão teve que parar impedida pelo gradil de ferro e o profundo poço que separa a arquibancada do campo”, isto é, muitas pessoas começaram a “pular para o fosso”.

O jornal *A União*, em sua edição do mesmo dia 11 de março, apresenta versões que buscariam explicar o que haveria acontecido. “A primeira versão surgida em torno do fato foi a de que um carro que estava embaixo das gerais quando saiu passou por cima de uma tábua e provocou um barulho” (Jornal *A União*, 11 mar. 1975). A segunda versão dá conta de que tudo começou por causa de “um instrumento da Escola de Samba Catedráticos do Ritmo, que caiu da mão de seus componentes” (Jornal *A união*, 11 mar. 1975). Outra especulação faz alusão sobre um “torcedor que estava nas gerais [e] soltou uma bomba” (Jornal *A União*, 11 mar. 1975), fazendo com que os torcedores que estavam na parte inferior da arquibancada pensassem que havia ocorrido um desabamento, e por isso, numa atitude em desespero, pulassem as grades de proteção, e se atirassem dentro do fosso.

A partir disso, o objetivo deste capítulo consiste em problematizar a partir dos jornais e os documentos taquigráficos da Assembleia Legislativa que foram pesquisados e como estes retratam as inaugurações. Para o caso de Campina Grande, a proposta é discutir como a denominação do estádio, fazendo alusão ao “Amigão” Ernani Sátiro, além de estar associada à formação de um *lugar de memória* faz parte de uma série de intencionalidades políticas que buscavam construir uma imagem de poder do governador próximo à população, mas que ao mesmo tempo, revela uma série de batalhas que são travadas no campo burocrático da Assembleia Legislativa.

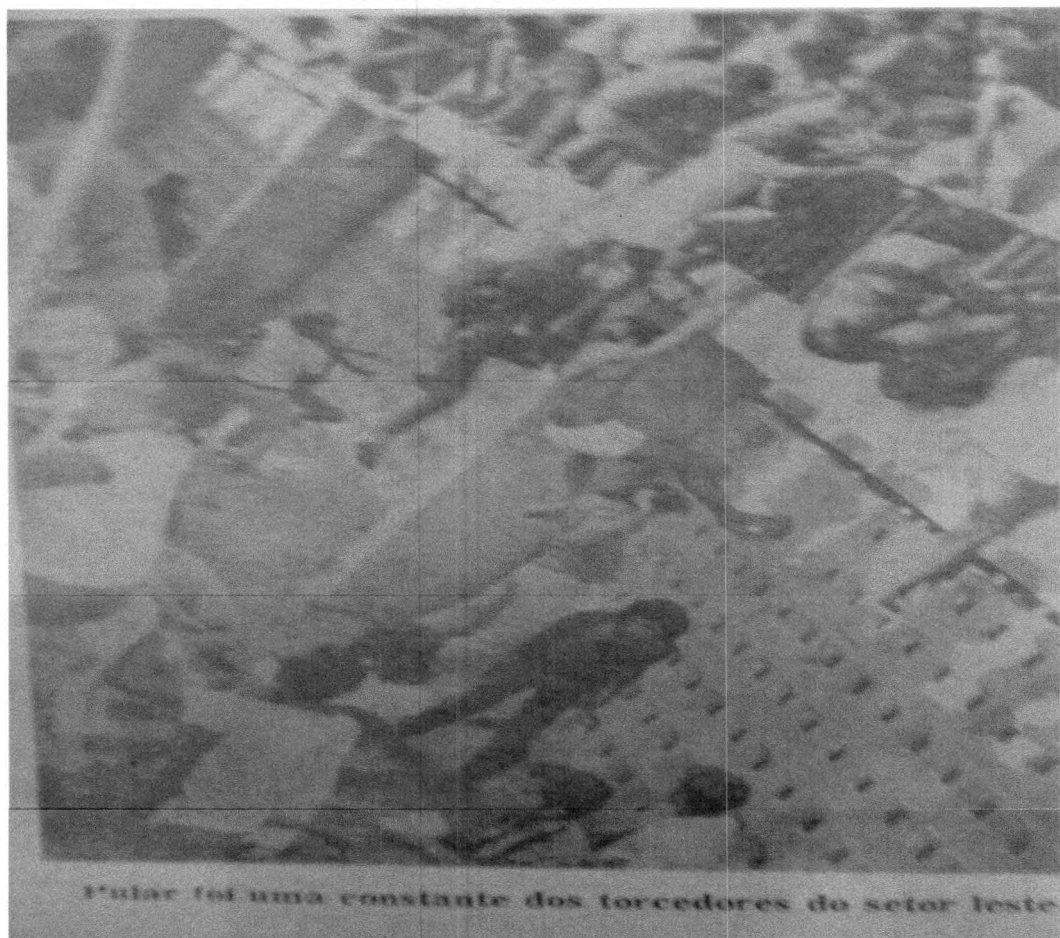
Para o caso de João Pessoa, em que ocorreu a tragédia enunciada no começo deste capítulo, será analisado como os jornais condizentes e associados à *memória oficial*, isto é *dominante*, além de minimizar o fato de que centenas de pessoas caíram

no fosso, não dão espaço para que em suas linhas, haja versões dos próprios sobreviventes do acontecimento. Ou seja, a noção dessa discussão é perceber como se formou um *silenciamento* das pessoas que estavam presentes, tendo em vista que não houve espaço para que elas pudessem explicar o que havia acontecido. Por outro lado, o que se deu enfoque, foi a discussão política que envolvia a inauguração do “Almeidão”, protagonizada entre Ernani Sáyro e o deputado estadual Rui Gouveia, que já se desdobrava na Casa Legislativa da Paraíba durante a semana de inauguração.

Começando pela inauguração do estádio de João Pessoa, em que as pessoas caíram no fosso do estádio “Almeidão”, o Jornal *O Norte*, fez uma reportagem intitulada: “Tumulto quase transforma em tragédia a festa do estádio” trazendo uma lista “oficial” de 65 nomes³⁸ das pessoas que foram atendidas nos hospitais. É possível identificar, no mínimo, sete jovens que receberam atendimento. Segundo o jornal, todos os feridos receberam “alta imediata”, exceto um que precisou ficar internado. Nesta mesma edição é reproduzida as versões que rondavam a ocorrência do fato. É importante chamar atenção de que nenhuma dessas pessoas foi consultada para esclarecer o que havia acontecido, e o que levou aos espectadores à se dirigirem desesperadamente para o campo, tendo em vista o tumulto que se formou. Nenhum dos jornais pesquisados, se propuseram a procurar saber o que houve a partir da narrativa desses torcedores.

³⁸ A lista apresentada pelo Jornal *O Norte*: Anísio Alves da Silva (42 anos); Antônio Costa Filho (16 anos) ; Aluísio José da Silva (30 anos); Antônio Barbosa de Lima (36 anos); Antônio Carlos de Lima (17 anos); Arlindo Francisco de Lima (33 anos); Dione Lopes de Souza (23 anos); Ednaldo Lima Oliveira (15 anos); Elenilson Araújo Carvalho (22 anos); Edson Eufrazino Teixeira (19 anos); Edvan Pereira da Silva (14 anos); Geraldo Ferreira da Silva (27 anos); Givaldo Farias do Nascimento (23 anos); Guilherme José dos Santos (7 anos); Heleno Jacinto de Oliveira (38 anos); Jarbas Pereira da Silva (10 anos); José Welington da Silva (22 anos); José Carlos de Oliveira ((23 anos); José Euclides Ribeiro (23 anos); José Marcio Tavares ; José Francelino da Silva (27 anos) ; José Wanderley da Silva (16 anos); João Adelino dos Santos (36 anos); Joaquim Severino de Carvalho (49 anos); Luiz Gonzaga da Silva (26 anos); Maria Luzimar Santos (23 anos); Maria do Livramento Silva (29 anos); Maria Conceição Tavares Costa (35 anos); Maria do Carmo Nascimento (24 anos); Maria Betânia da Silva (22 Anos); Marcelo José da Silva (19 anos).

Imagem 7: Populares se jogam no fosso do estádio “Almeidão”.



Fonte: Jornal *O Norte*, 11 mar. 1975.

“Pular foi uma constante dos torcedores do setor leste”. A fotografia proporciona uma dimensão da agonia que os torcedores presentes no “Almeidão” passaram. Muito embora a altura entre a arquibancada e o fosso seja alta, muitos espectadores não enxergaram outra solução a não ser pular, e assim poder chegar ao gramado. Segundo o mesmo jornal da fotografia, “ninguém era capaz de raciocinar os mais elementares termos. Ninguém sabia por que a precipitação, nem tampouco de que se devia escapar” (Jornal *o Norte*, 11 Mar. 1975). Ou seja, se seguirmos a linha de raciocínio dos jornais, um estrondo aconteceu, as pessoas pensaram que o estádio iria cair, e em desespero se jogaram no fosso. Na mesma edição de *O Norte* nomeou-se este acontecimento de “perigos [que os torcedores] fantasiaram”. No entanto, nem mesmo este jornal deu voz a nenhum espectador.

Imagem 8: torcedores prestam socorro às vítimas acidentadas.



Fonte: Jornal *O Norte*, 11 mar. 1975.

Imagem 9: Goleiro Wendell (Botafogo – RJ) retira uma criança do fosso.



Fonte, Jornal *O Norte*, 11 mar. 1975.

Como os estádios foram inaugurados incompletos (e vale salientar, faltando uma semana para o término do mandato de Ernani Sátiro), muitas partes do estádio ainda estavam com escoras. Por isto que nesta segunda imagem, em que na legenda está escrito: “Este tentou descer pelas escoras e acabou caindo em baixo”, demonstrando que em algumas partes da “geral” o concreto armado que embasa o projeto de construção dos estádios, não estava, em João Pessoa, escorado por madeiras e tábuas presentes na segunda imagem.

Imagem 10: Populares ajudam no resgate dos feridos.



Fonte: Jornal O Norte, 11 mar. 1975.

Outro detalhe que chama atenção nas fotografias dos periódicos, é que não há a presença de policiais fardados³⁹, ambulâncias ou profissionais da saúde prestando atendimento, isto é “até Wendel [goleiro do Botafogo do Rio de Janeiro] foi salvar os feridos no fosso”, e que na imagem, parece estar retirando uma criança de dentro da divisão entre torcida e campo. No entanto, “os 250 policiais em serviço no estádio [que] agiram imediatamente, divididos em grupo, para conter a multidão, evitando que mais espectadores pulassem da arquibancada” foi considerado um “trabalho prudente mantendo constante diálogo e não usando da força”, sendo inclusive, “elogiado pelos presentes” (Jornal *O Norte*, 11 mar. 1975).

Por isto que a presença de civis prestando ajuda é notável nas fotos. E apesar dos números oficiais, apresentados pelo Jornal *O Norte* que foram citados anteriormente, falarem em sessenta e cinco pessoas encaminhadas para os hospitais, não havendo nenhum registro de óbito nos documentos até este momento da pesquisa, é preciso alinhar e dar enfoque a outras críticas.

A primeira delas vem a partir de uma edição do Jornal *A União*, circulada no dia 11 de Março de 1975, em que aponta para as prisões que foram realizadas:

Logo que tudo voltou a normalidade, os carros de propaganda anunciaram a prisão de dois elementos que estavam nas gerais e estes estavam incomunicáveis.

Ontem também anunciou-se que outras (sic) prisões haviam sido efetuadas e as autoridades estão procurando identificar o culpado ou responsáveis pelo tumulto, que poderia ter assumido proporções mais graves.

Embora tenha sido um acontecimento lamentável, serviu para mostrar que realmente o estádio merece toda a segurança como haviam anunciados os responsáveis pela obra. (Jornal *A União*, 11 mar. 1975)

Chama atenção o fato de que os jornais não possibilitam que nenhum popular, em

³⁹ Sob este aspecto de não identificar policiais fardados em nenhuma das fotografias prestando atendimento, e ainda assim, os jornais pesquisados afastarem a ideia de que não houve nenhuma falha na segurança para recepção aos espectadores, é preciso também ressaltar que ambas as inaugurações foram festas vigiadas. Em uma edição do Jornal da Paraíba, do dia anterior às inaugurações, intitulada “Esquema de segurança protegerá desportistas”, menciona o fato de que “a família paraibana poderá presenciar tranquilamente a solenidade de apresentação do estádio Governador Ernani Sátiro, ‘O amigo’ [uma vez que], por toda parte do estádio [...] estarão policiais secretos” (Jornal da Paraíba, 7 mar. 1975)

nenhum momento até este ponto da pesquisa, possa explicar ou ao menos dizer o que motivou a ocorrência de tal situação. Outro aspecto, este relacionado ao momento posterior à confusão, em que “carros de propaganda, anunciaram a prisão de dois elementos”. Ora, se os jornais, começavam suas reportagens dizendo sobre as “versões” sobre o acontecimento, isto é, não havia uma certeza ou um consenso relacionado às motivações que fizeram tal situação chegar ao nível que chegou, apenas um jornal, no caso *A União*, fala sobre esses presos, que não tem nome, não apresentam os motivos pela detenção, e ainda vai mais longe, ao afirmar que: “anunciou-se que o[u]tras prisões haviam sido efetuadas”. Neste sentido, a inauguração do estádio em João Pessoa, apesar de ser considerada uma festa; demarca um momento de tensão, revelando suas contradições uma vez que: na reportagem de *O Norte* se expressava sobre o “uso do diálogo, e não usando a força”. Por outro lado, adquire outra narrativa no Jornal *A União*, ao abordar os casos de prisão que foram efetuados, sem apresentar os nomes ou justificativas para tal atitude. Por isto que, apesar da festa de inauguração, as faces de um momento de exceção não deixaram de estar presentes em seu contexto.

Estes aspectos abordados até aqui, fazem parte de uma leitura que revela as tensões nas formas como se produziu memórias relacionadas às inaugurações. Neste sentido, os estádios vistos como formações de *lugares de memória*, também se investem como espaços de *batalhas de memória*. Com isto, é possível problematizar como a partir dos periódicos, e com muito mais ênfase, os documentos taquigráficos revelam as batalhas na produção da memória associada ao poder.

Na discussão dessa problemática envolvendo as batalhas de memória, é preciso destacar o trabalho de Michael Pollak em que este aspecto da memória é pensado a partir de uma série de conflitos, e que muitas vezes estão associados ao anúncio de uma memória oficial *versus* uma memória subterrânea. Em outras palavras,

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLACK, 1989 p. 3)

Com isso, a interpretação que construo ao longo deste capítulo se inscreve nesta noção em que considera os jornais partícipes de um discurso oficial, que alça as inaugurações dos estádios a um espaço de legitimidade atribuído ao governo de Ernani Sátyro; em decorrência de uma série de silenciamentos, de memórias subterrâneas, isto é, das próprias vítimas que naquele dia 9 de Março, passaram pelo transtorno da agonia de não saber o que estava acontecendo, e com isso, ocorrer que as pessoas se dirigissem, em um gesto de tentar salvar suas vidas, ao fosso de estádio para depois ir ao gramado. Ao mesmo tempo em que, inscrevia-se naquela inauguração uma série de batalhas de memória travadas no âmbito do Legislativo Estadual em que a bancada oposicionista, na pessoa de Rui Gouveia, ao longo de toda semana que antecedia a inauguração das praças esportivas, já colocava em uma contundente crítica a realização deste evento, pondo em dúvida a capacidade do estádio situado na capital ter condições de receber cerca de vinte mil pessoas como estava planejado.

Neste sentido, o *lugar de memória* dos estádios passam a ser interpretados como espaços de *batalhas de memória*, visto que a articulação entre o monumento físico e o poder que o nomeia, se insere em uma trama de discussões, conflitos e interesses políticos. Faz parte da batalha travada no âmbito do poder hegemônico de classe exercido na conjuntura em que realizo esta reflexão. Por isto, que é preciso ir construindo um *enquadramento da memória* visto que

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. (POLLACK, 1989 p. 9).

Isto posto, demonstra que a associação de memórias aos espaços representativos de poder, isto é, os *objetos materiais*, constituem-se em locais de batalha. Seja pela enunciação de uma *memória oficial* em detrimento de uma *memória subterrânea* marcada pelos silenciamentos, ou até mesmo, de batalhas que se travam dentro das estruturas de poder que pleiteiam, ora reafirmar, ora minar a composição hegemônica de poder.

Deste modo, destaco uma reportagem trazida no Jornal *A União*, que em sua página de opinião editorial, descreve a inauguração em João Pessoa da seguinte maneira: “A quase tragédia”

Por muito pouco, a Paraíba não assistiu, domingo último, a uma tragédia de proporções incalculáveis, caso se transformasse em loucura coletiva o pânico que se espalhou na cidade em torno da insegurança do estádio da iminência de seu desabamento ante uma suposta fragilidade da estrutura do Estádio.

Em primeiro lugar, queremos ressaltar a nossa posição de jornal orientador da opinião pública, diante do clima psicológico criado no seio da população através de uma campanha de fins duvidosos em que se procurava atingir o Governo e um governador de atos discutíveis.

Na edição de domingo, neste mesmo canto de página, nós denunciávamos as manobras políticas que a campanha escondia e alertávamos a população para a segurança que a obra oferecia, procurando semear a segurança e a tranquilidade diante de uma cidade, àquela altura aturdida, e psicologicamente mal preparada para um imprevisto de falso alarma, cujas consequências manchariam de sangue e talvez com perda de vidas, um acontecimento destinado a congregar as alegrias gerais do povo paraibano.

[...]

Logo alguns setores da opinião paraibana, revoltados ante o fato, precipitaram conceitos e julgamentos, todos eles dirigidos no sentido de acusar um deputado por ter ele levantado, publicamente, as dúvidas quanto a segurança da obra edificada e ter acusado o Governador Ernani Sátiro de pôr em risco a vida e a integridade física da população, ao fazer inaugurar um Estádio da metade ou pouco mais que isso do seu projeto total.

[...]

Há responsabilidades evidentemente a apurar. Mas não se pode precipitar julgamentos sob a pena de se cometer injustiças. Convém que as autoridades investiguem, de modo mais isento possível, fora das paixões do momento, se houve realmente dolo, o intuito criminoso, e isto verificado, que se identifique as causas que levaram ao suposto autor do alarma a provocar o pânico e se obedeceu orientações de outrém, político ou não, interessado em frustrar a festa que o Governo preparou para o povo.

Depois de apuradas essas responsabilidades que se aponta à execração pública os seus autores materiais e intelectuais para que recebam o castigo que a lei reserva aos seus crimes.

Pedir cassação de mantados, não nos parece oportuno nem de bom alvitre. (Jornal *A União*, 11 mar. 1975).

Alguns aspectos neste posicionamento editorial merecem espaço de problematização e correlação com o que acontecia na semana da inauguração dos estádios na Assembleia Legislativa. O primeiro enfoque faz parte da própria percepção do jornal em relação ao acontecimento em João Pessoa, visto que se tratou de uma “quase tragédia”, isto é, pessoas em desespero indo para o gramado, a tentativa de se

salvar, se atirando no poço, os ferimentos ocasionados, as crianças perdidas dos pais, os espectadores levados ao hospital, é posto como uma “quase tragédia [que] por muito pouco [...] a loucura coletiva [e] o pânico” não ocasionaram uma situação de “proporções incalculáveis”.

O segundo ponto desta problematização faz referência às dúvidas que o Deputado Rui Gouveia — eleito indiretamente em 1974, membro da bancada do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) na Assembleia Legislativa — teceu durante a semana de inauguração do estádio em João Pessoa, que são denominadas pelo jornal como partes de “uma campanha de fins duvidosos em que se procurava atingir o Governo e o governador”. Àquela semana que antecedeu a inauguração dos estádios, as discussões na Assembleia Legislativa eram travadas pela bancada oposicionista do MDB, através dos deputados Rui Gouveia e Waldir Bezerra em contrariedade com a bancada governista da ARENA, representada pelos deputados Edme Tavares e Evaldo Gonçalves. De um lado, uma série de dúvidas para saber se havia a possibilidade de inauguração, tendo em vista que os estádios não estavam prontos. De outro, os deputados situacionistas, com a nota de esclarecimento da SUDEPAR, garantindo a segurança que havia na realização do jogo de inauguração.

Estas discussões pesquisadas no acervo taquigráfico da Assembleia Legislativa fazem alusão às tensões existentes entre a bancada governista que defendia a inauguração dos estádios, a partir dos laudos técnicos emitidos pelas empresas de engenharia responsáveis pelas obras (CONE, PECAL, ENARQ, Seebla e ATECEL) e que asseguradas pela SUDEPAR, garantiam a segurança para realização do evento. Ocorre que, como vimos, as outras tragédias que envolveram inaugurações de estádios, seja na Fonte Nova, em Salvador, em 1971, e do estádio Albertão, em Piauí, em 1973, estavam presentes ainda nas arguições dos deputados contrários à inauguração, visto que, como os estádios paraibanos estavam inconclusos, nas palavras de Rui Gouveia: “quem está escorado; está em perigo de cair”.

Ou seja, se colocava pela bancada oposicionista, que os laudos técnicos assinados pelas empresas responsáveis pela construção poderiam falhar e algo poderia acontecer. Ao mesmo tempo que se colocava a “vaidade” do Governador, que na reta final de seu mandato em 1975, realizava uma série de inaugurações que não estavam completas ou concluídas, e por este motivo, colocava-se a segurança da população em risco, como por exemplo, o caso da Escola Polivalente em João Pessoa, que recém

inaugurada, teve parte de seu teto cedido; no entanto, como não estava em horário de aula, não houve feridos e vítimas. Por isso, que as críticas endereçadas ao governador Ernani Sátiro também expõem essa política de inaugurações⁴⁰, que em certa medida, podem ser problematizadas como formas de edificar *lugares de memória*, que como já vimos a partir de Michael Pollak “a memória se solidifica nas pedras”

Do outro lado, os deputados governistas buscam descreditar as arguições da oposição, a partir de uma retórica comum ao período de exceção da ditadura civil-militar, como vemos na fala dos Deputados Evaldo Gonçalves: “se não houver terrorismo, as partidas que são jogadas na Paraíba, sábado e domingo, serão jogadas em clima de absoluta tranquilidade e absoluta serenidade”. Ou seja, se coloca a prerrogativa de “terrorismo”, para elencar a possibilidade de que se houvesse algo que fugisse da “absoluta tranquilidade e serenidade nas inaugurações”, já haveria um culpado, e este seria o próprio Deputado Rui Gouveia, que nas palavras do parlamentar Edme Tavares atribui a “responsabilidade criminal [caso] a multidão cair em pânico, a responsabilidade nobre deputado Rui Gouveia é S. Exa. que informou”.

É a partir dessa discussão sobre a inauguração dos estádios, que o jornal *A União* expressou que havia em curso “manobras políticas” sendo tramadas, que buscavam deixar a “cidade aturdida e psicologicamente mal preparada para um imprevisto de falso alarme”, tendo em vista causar problemas e até mesmo “manchar com sangue” ofuscando as “alegrias” que estavam sendo planejadas. A narrativa construída no jornal se enreda nesta proposição de discurso oficial, tendo em vista que parte de um lugar editorial que prestava apoio as ações governistas.

Não é a toa que durante esta semana de inauguração, a SUDEPAR, emitiu uma nota de esclarecimento — que esteve presente em todos os jornais em circulação — em que se dirigia ao Deputado Rui Gouveia contra a sua campanha de “leviandade” e o “desafiava a comprovar as suas afirmações com pareceres técnicos fundamentados por profissionais responsáveis e especializados”. Ao mesmo tempo que garantia a segurança

⁴⁰ Ao acompanhar o mês de fevereiro e março de 1975, é possível visualizar páginas que traziam as realizações inauguradas por Ernani Sátiro: “Governador faz entrega simbólica de 12 realizações” (*Diário da Borborema*, 5 fev. 1975); “Sátiro inaugurou ontem o novo prédio do corpo de Bombeiros” (*Diário da Borborema*, 7 fev. 1975); “Sátiro anuncia novas inaugurações” (*Diário da Borborema*, 9 fev. 1975); “Superintendente da SUPLAN confirma obras de Sátiro” (*Diário da Borborema*, 14 fev. 1975); “Inaugurações em Conceição” (*Diário da Borborema*, 15 fev. 1975); “Sátiro inaugura hoje mais 13 obras de sua administração” (*Diário da Borborema*, 16 fev. 1975); “Ernani Sátiro inaugurou o Centro de Estudos de Solos na cidade de Areia” (*Diário da Borborema*, 19 fev. 1975); “Centro Administrativo: o grande marco de Ernani Sátiro” (*Diário da Borborema*, 1 mar. 1975)

dos estádios e buscava “tranquilizar o povo paraibano com relação a segurança e estabilidade dos locais”. E ao término da nota, convidava o Deputado a “participar das maiores festas populares da história desportiva da Paraíba”, participando “in loco, e verá que suas afirmativas, como de outras feitas, pecam pela falta de veracidade”. Ou seja, no enredo das batalhas de memória que são travadas no espaço da Assembleia Legislativa, produz-se um discurso dominante, apoiado pelos laudos técnicos emitidos que permitiam as condições de realização das inaugurações; por outro lado, o discurso marginalizado e oposicionista do Deputado Rui Gouveia, que teve seus argumentos confrontados seja na instância do poder Legislativo, como no espaço público e notório dos jornais, que minavam a imagem pública do oposicionista.

Quando o estádio em Campina Grande foi inaugurado no sábado (8) que todo o acontecimento ocorreu sem nenhum impasse ou problema, e naquele momento, as acusações do Deputado Ruy Gouveia parecia tratarem-se de uma falácia com fins políticos, um dos engenheiros responsáveis pela obra, Hércules Gomes se pronunciou por uma reportagem veiculada no *Jornal da Paraíba*

Cadê o deputado? Lamentei profundamente que um certo deputado da Paraíba não estivesse presente à festa. Então — superando todo o alucinado medo — ele comprovaria ‘in loco’ que nosso estádio é realmente seguro, sem oferecer qualquer perigo ao público, seja ele em qual quantidade for [...] Na semana passada aquele parlamentar anunciara que o governo Ernani Sátiro estava colocando em perigo a vida de 80 mil com a inauguração dos estádios de Campina Grande e João Pessoa, contrariando sensivelmente os recursos da engenharia. Ó que existe é muita gente trabalhando, contra nosso futebol e contra o Governo. Para aqueles cétricos que não acreditavam na edificação de uma obra tão majestosa e para outros que decantavam insegurança para o público nos estádios a monumental festa de ontem foi uma resposta contundente. (*Jornal da Paraíba*, 9 Mar. 1975)

Já que a inauguração em Campina Grande tinha ocorrido dentro do que havia sido planejado, isto é, arquitetado pela SUDEPAR, e “superando todo o alucinado medo” a festa só ficou ofuscada pelo 0x0 entre Campinense *versus* Botafogo, colocavam-se os argumentos que afrontavam o deputado Ruy Gouveia, isto é, desafiavam os “cétricos que não acreditavam” na segurança que os estádios proporcionaria aos desportistas e espectadores da “monumental festa”.

Por outro lado, em João Pessoa o fato inexplicável que fez com que as pessoas pulassem desesperadamente no fosso, pode ser interpretado pela falta de condições para

que o estádio “O Almeidão” fosse inaugurado, tendo em vista que pelas declarações na época, do Deputado Rui Gouveia, atesta para a fragilidade de determinados pontos do estádio que ainda estavam com escoras. Quando a tragédia ocorria, e que o jogo havia sido paralisado para o atendimento às vítimas que caíram no fosso, Ernani Sátiro, do outro lado do estádio, na tribuna de honra, se dirigia aos repórteres

O que aconteceu aqui hoje, foi obra da subversão e o fato merece ser averiguado pela Lei de Segurança Nacional para que os verdadeiros responsáveis pelo triste acontecimento sejam punidos e banidos do seio de nossa população, entregues as autoridades para pagarem devidamente pelo crime que tentaram cometer contra o bem estar e Segurança dos que se encontram nessa praça de esporte [...] indiretamente, o deputado Ruy Gouveia é responsável por esse estado de coisas, pois foi ele e unicamente ele, a apregoar o desespero muitos dias antes [...] pois, como todos sabem, o propósito dele era acabar com a grande festa (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975)

Mesmo com o clima de festa que havia sido propagado pelos periódicos que abordei; houve uma vigilância de seguranças disfarçados junto à torcida, sob a justificativa de que, se alguma coisa fora do programa estabelecido pela SUDEPAR saísse do planejado, estes policiais agiriam. No entanto, em João Pessoa, quando o tumulto começou, e que o governador Ernani Sátiro se dirigiu a imprensa, a sua dúvida não estava voltada para os laudos técnicos emitidos pelas empresas responsáveis pela obra. Estava muito mais preocupado em enquadrar o deputado Ruy Gouveia na Lei de Segurança Nacional. Será realmente possível dizer, que as alegações durante a semana que antecedeu a inauguração pudessem provocar um “clima psicológico adverso”, e gerar tal tumulto? Será que ter duvidado dos laudos provocaria tal tragédia?

No dia seguinte, na Assembleia Legislativa, Ruy Gouveia ocupou a tribuna para se posicionar. Segundo o *Diário da Borborema*,

[...] o Deputado Rui Gouveia declarou que vai interpelar judicialmente o Governador Ernani Sátiro no sentido de que o Chefe do Executivo prove atos terroristas praticados por ele. [...] se o governador não provar o que afirmou através da televisão recifense, domingo [...] deixará o governo como um leviano. (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975)

Até o presente momento do desenvolvimento da pesquisa, não foram encontrados outras informações que levem a essa possibilidade do Deputado Rui Gouveia ter realmente interpelado judicialmente o governador do estado. No entanto, com isto posto, demonstra as tensões que ocorreram em João Pessoa, e como a própria

inauguração dos estádios esteve encerrada por vários conflitos e embates políticos.

Outro aspecto que também está sendo desenvolvido ao longo da pesquisa, é a mudança no nome do estádio de João Pessoa. Em um primeiro momento, o estádio da capital, se denominaria Ministro Ernani Sátiro, chamado também de “Satirão”. No entanto, no dia seguinte à inauguração dos estádios, os deputados Edvaldo Mota (ARENA) e João Bosco (MDB), apresentaram projetos que alteravam os nomes dos dois estádios. Para João Pessoa, o nome seria mudado para “José Américo de Almeida Filho”; para Campina Grande, o nome seria mudado para “Elpídio de Almeida”. No entanto, não foram encontradas nas discussões presentes nas traduções taquigráficas as alegações de cada um dos deputados, mas também o motivo pelo qual, em Campina Grande o nome do estádio foi mantido em alusão ao Governador Ernani Sátiro, e em João Pessoa, o nome foi alterado para José Américo de Almeida Filho, passando a se chamar “Almeidão”.

Na parte de opinião do *Jornal da Paraíba*, “É certo que o Sr. José Américo Filho e o Dr. Elpídio de Almeida merecem grandes homenagens, mas a seta venenosa para mudar o nome dos estádios construídos pelo governador Ernani Sátiro tem endereço” (*Jornal da Paraíba*, 9 mar. 1975). Isto é, dá a entender que o que estaria por trás da alteração do nome dos estádios, faria parte de uma motivação estritamente política, movida pela “turma do ministro João Agripino”.

Na edição do *Diário da Borborema*, a alegação trazida pelo setor de opinião do jornal afirmava que

As denominações “O Amigão” e “O Satyrão”, com as quais foram batizados os dois estádios paraibanos, resultaram de uma sansão popular, sem qualquer influência de ordem política por parte do Governador [...] O povo foi que resolveu que eles assim fossem denominados, razão porque os políticos cabia a obrigação de respeitar.

Em outras palavras, ambos os recortes de jornais colocam em cheque a propositura dos parlamentares em mudar o nome dos estádios, sob a mesma alegação, de que haveria influências políticas que moviam tal atitude. Neste momento, não posso ir adiante pela falta de documentos que permitam ampliar o debate. De fato, é que este “clássico”, ficará para as próximas oportunidades de ser jogado.

Concluo este trabalho, trazendo uma reflexão a partir de Walter Benjamin. Trago-o para poder relembrar do operário que faleceu durante as obras de construção do estádio “Amigão”. Ao mesmo tempo que também penso nas vítimas que estiveram envolvidas na tragédia que ocorreu na arquibancada leste do “Almeidão”. Pois embora os estádios tenham provocado uma espécie de fantasmagoria ao jovem que no ano de 2006 cantava pelo título de seu clube, possa repensar a partir de outros olhares e de outras perspectivas, essas memórias que foram silenciadas, que foram esquecidas. Por isso, utilizo Walter Benjamin para lembrar que

Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (BENJAMIM, 1994, P. 224).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estádios haviam sido inaugurados. E o caso da Paraíba não foi o único. Em vários outros estados, praças esportivas eram construídas sob esse signo do *Milagre Econômico* e das obras faraônicas que serviam como propaganda da Ditadura Civil-Militar. Em outros casos, também se assistia a associação que os governadores tiveram com os estádios produzidos, ou outros mandatários inscritos na gestão da cúpula empresarial-militar que comandava os rumos do país.

Desde a conquista do Tricampeonato em 1970, no México, percebeu-se que o futebol também poderia ser uma forma de angariar popularidade a um governo que se colocava ao poder sem ampla expressão e adesão popular. Em Brasília, na recepção aos jogadores, uma festa havia sido organizada, que tinha como anfitrião, o general presidente Médici. No ano seguinte, o Campeonato de Clubes era criado. Investimentos não foram problema até 1979, quando chegava-se a mais de 70 clubes disputando uma única competição. A escolha dos clubes que iriam participar do Campeonato, estava entremeada de intencionalidades políticas, e “onde a ARENA vai mal, mais um time no nacional”. Ao passo que para um clube ter acesso ao campeonato, além de uma adesão aos representantes da Ditadura, era preciso ter estádios que comportassem grandes públicos e, assim, diversas praças esportivas foram sendo criadas.

Ernani Sátiro, estando presente há anos no Congresso Nacional, e percebendo esses movimentos políticos, se engendrou na linha de frente que derrubou Jango, fez parte do Bloco Parlamentar Revolucionário e foi escolhido Ministro do Superior Tribunal Militar. Tinha comprado seu ingresso para participar do jogo de poder no governo do estado. Teceu ao longo de seu governo, uma *Tradição e Renovação*, isto é, manteve as estruturas oligárquicas de poder, que buscou através de uma série de realizações, promover uma imagem de poder pautada na renovação. São sob esses aspectos que os estádios foram projetados e construídos.

No dia da inauguração em Campina Grande, a encenação política tinha saído dentro do que havia sido arquitetado. Aproveitava-se para afrontar o deputado contrário às inaugurações, Rui Gouveia, duvidando das suas argumentações. Os periódicos não esperaram o tempo suficiente. No dia seguinte, em João Pessoa, por algum acidente, as pessoas que estavam assistindo ao jogo caíram no poço entre a arquibancada e o gramado. Várias pessoas desesperadas. A festa projetada pelo governo havia saído dos planos. E a culpa? Foi atribuída ao clima de tensão criado pelo deputado acima citado, durante a semana anterior à

inauguração. Não se tratou de averiguar as responsabilidades cabíveis às empresas que construíram as obras. Afinal de conta, quando Ernani Sátiro saísse do governo na próxima semana, nos planos da teatralização dominante, não poderia sair do mandato, com esta marca, de finalizar sua última inauguração, lembrada pela tragédia. A memória oficial, fez com que as vozes dos presentes naquele momento, fossem silenciadas. A festa, o futebol, o teatro oficial e o conjunto de imagens e práticas elaboradas a partir de um Estado classista não podem ser compreendidos senão como um projeto hegemônico de dominação de classe, sem que anule as resistências ou negociações, embora não tenhamos evidências empíricas para atestar a realização da contra-hegemonia. E me parece ser esse o caso do governo Ernani Sátiro, articulado com a ditadura empresarial-militar brasileiras. A contra-hegemonia parece ter aparecido no final dos anos 1970, o que fica aberta a futuras pesquisas sobre o período na Paraíba.

O término de um trabalho monográfico, não encerra em si sua proposta. Tecer essas considerações finais, não esgota as possibilidades de ampliação. Por exemplo, até o momento da execução desta reflexão, não foram encontrados trabalhos acadêmicos que se detivessem com mais detalhes relacionados ao governador Ernani Sátiro; nem relacionado à sua gestão, nem aos livros que deixou escrito (*Mariana; O Quadro negro*), ou até relacionado aos seus discursos, ou até mesmo às crônicas que publicava *Aos domingos*. Quanto menos, não foram encontrados trabalhos sobre os outros estádios na Paraíba, como o *Presidente Vargas* (PV); ou antigo estádio municipal, hoje, Vila Olímpica Plínio Lemos, que por vários anos receberam o “clássico dos maiores”. Além de que, não foram mapeados estudos que problematizassem outros estádios que foram inaugurados no mesmo contexto do “O Amigão” e “O Almeidão”, como por exemplo, “O Castelão” em Fortaleza; “O Machadão” (atual Arena das Dunas), em Natal; o Arruda, em Recife; a Fonte Nova, em Salvador, e tantos outros estádios que foram edificadas com a intencionalidade de entrecruzar o futebol com o mandato dos governadores indiretos da Ditadura Militar.

Novas perspectivas que poderão ser esboçadas ao longo de futuros trabalhos. Outros enfoques, outros sonhos que podem ser movidos. Talvez a lembrança inicial que moveu a produção desta monografia, possa despertar em outros trabalhos, em outros olhares e outras formas de compreensão da realidade, novas contribuições ao campo historiográfico.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Arquivos:

Biblioteca Átila Almeida (Universidade Estadual da Paraíba)

Fundação Casa José Américo

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

Memorial da Assembleia Legislativa

Periódicos:

Diário da Borborema, 8 mar. 1975.

Diário da Borborema, 11 mar. 1975.

Diário da Borborema, 12 mar. 1975

Jornal A União, 11 mar. 1975.

Jornal da Paraíba, 6 mar. 1975.

Jornal da Paraíba, 7 mar. 1975.

Jornal da Paraíba, 9 mar. 1975.

Jornal O Norte, 8 mar. 1975.

Jornal O Norte, 11 mar. 1975.

Traduções taquigráficas:

Sessões Legislativas. Caixa nº 94. Ano 1975. Mês: Fev./mar.

Fontes de Acervo Digital:

PERFIS PARLAMENTARES, SÁTYRO, Ernani (1911-1986). Ernani Sátyro / Organização, seleção e apresentação, Flávio Sátiro Fernandes – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/perfil-parlamentar-ernani-satyro> > Acesso em 15 fev. 2016.

Discursos:

Emílio Garrastazu Médici. “O valor do homem brasileiro”. Disponível em: < <http://www.blbioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1970> > Acesso em 17 fev. 2016.

Ernani Sátyro. Tradição e Renovação. In: **Tradição e Renovação**. Organização e apresentação de Flávio Sátiro Fernandes. Prefácio de Dorgival Terceiro Neto. Patos: Fundação Ernani Sátyro, 1994.

Sites:

40 anos de Amigão e Almeidão. Veja curiosidades que cercam as obras. Disponível em: < <http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2015/03/40-anos-de-amigao-e-almeidao-veja-curiosidades-que-cercaram-obras.html> > Acesso em 01 maio 2016.

Almeidão em cinco atos: 40 anos do maior estádio de João Pessoa. Disponível em: < <http://globoesporte.globo.com/pb/noticia/2015/03/almeidao-em-cinco-atos-os-40-anos-do-maior-estadio-de-joao-pessoa.html> > Acesso em 01 maio 2016.

Como a Ditadura Militar se apropriou do futebol brasileiro. Disponível em: < <http://trivela.uol.com.br/tema-da-semana-como-ditadura-militar-se-apropriou-futebol-brasileiro/> > Acesso em 01 fev. 2016.

Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional. Disponível em: < <http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/> > Acesso em 01 fev. 2016

O estádio transformado em prisão pela ditadura militar. Disponível: < <http://trivela.uol.com.br/arquivo-o-estadio-transformado-em-prisao-pela-ditadura-militar/> > Acesso em 02 fev. 2016.

O futebol também foi uma obra faraônica dos militares, e sofremos com isso até hoje. Disponível em: < <http://trivela.uol.com.br/o-futebol-tambem-foi-uma-obra-faraonica-dos-militares-e-esses-exageros-fazem-efeito-ate-hoje/> > Acesso em 02 fev. 2016.

Flávio Sátiro Fernandes. Disponível em: < http://www.ihgp.net/flavio_satiro.htm > Acesso em 15 maio 2016.

BIBLIOGRAFIA:

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. – 7. ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

CAMPOS, Pedro Henrique. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964 – 1988)**. Niterói: Editora da UFF, 2014. 444p.

CODEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972) – 2012**. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1377.pdf> > Acesso em 05 fev. 2016.

DAMATTA, Roberto. **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. História política do futebol brasileiro. In: **Recorde: Revista de História do Esporte**. Campinas, vol.1, n.1, 2008. Disponível em: < http://www.sport.ifcs.uff.br/recorde/pdf/recordeV1N1_2008_21.pdf > Acesso em 18 maio 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 406p.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra.** Trad.: Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. Porto Alegre: L&PM, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: Fontes Históricas. Org.: Carla Bassanezi Pinsky, 2º ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina** – 2013. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2013_LIVIA_GONCALVES_MAGALHAES.pdf > Acesso em: 17 fev. 2016.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Org.: Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORORÓ, Anderson de Carvalho; SOARES, Priscila Gonçalves. Balanço historiográfico sobre o futebol no Brasil. In.: **Anais do 3º Seminário Nacional da História da Historiografia: aprender com a história?.** Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Varella (orgs.). Ouro Preto: Edufop, 2009,

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas e os conflitos no campo. Dossiê História e Oralidades. Revista Saeculum, nº18 – jan./jun. 2008. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11394> > Acesso em 25 de Maio de 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. **A problemática dos lugares.** Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> > Acesso em 06 fev. de 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

SÁTYRO, Ernani. **Tradição e Renovação.** Organização e apresentação de Flávio Sátiro Fernandes. Prefácio de Dorgival Terceiro Neto. Patos: Fundação Ernani Sátiro, 1994.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**, 2012. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10367> > Acesso em: 17 fev. 2016.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Braziliense

SANTOS, José. Futebol. Futebol da Paraíba, dos bastidores ao gramado. Campina Grande: Latus, 2014.

SCHLATTER, Bruno Belloc Nunes. Futebol e populismo: o esporte das multidões e a política das massas. In: Revista Historiador. n.2, ano 2, Dez. 2009. Disponível em: < <http://www.historialivre.com/revistahistoriador> > Acesso em 18 maio 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: **Cultura e materialismo**. Trad.: André Glaser. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WITTER, José Sebastião. **Breve História do futebol brasileiro**, Recife: FTD, 1986.